

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	100
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.466.862
Preferenciais	0
Total	197.466.862
Em Tesouraria	
Ordinárias	197.466.862
Preferenciais	0
Total	197.466.862

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	29.276.424	30.255.751
1.01	Ativo Circulante	7.417.679	7.745.460
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	936.709	2.095.811
1.01.02	Aplicações Financeiras	38.582	38.940
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	38.582	38.940
1.01.02.02.01	Investimento de curto prazo	38.582	38.940
1.01.03	Contas a Receber	3.172.912	3.138.250
1.01.03.01	Clientes	3.172.912	3.138.250
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	2.703.546	2.621.373
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	469.366	516.877
1.01.04	Estoques	7.552	29.481
1.01.04.01	Almoxarifado	7.552	29.481
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.031.032	970.890
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.031.032	970.890
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	75.804	53.496
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	955.228	917.394
1.01.07	Despesas Antecipadas	67.253	44.042
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.163.639	1.428.046
1.01.08.03	Outros	2.163.639	1.428.046
1.01.08.03.03	Outros créditos	343.475	256.190
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	1.534.327	906.507
1.01.08.03.05	Serviços em curso	285.760	241.631
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	77	23.718
1.02	Ativo Não Circulante	21.858.745	22.510.291
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.866.660	18.330.477
1.02.01.04	Contas a Receber	37.413	36.054
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	23.909	23.899
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	13.504	12.155
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.020.444	4.664.880
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.020.444	4.664.880
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.808.803	13.629.543
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados	808.753	802.277
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	5.997.033	6.177.141
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	5.608.271	5.247.418
1.02.01.10.09	Outros créditos	65.607	80.429
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial, líquido	390.983	680.881
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	855.655	545.741
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	82.501	95.656
1.02.02	Investimentos	34.936	41.250
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	34.936	41.250
1.02.03	Imobilizado	161.839	178.965
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	161.839	178.965
1.02.03.01.01	Imobilizado arrendado	161.839	178.965
1.02.04	Intangível	3.795.310	3.959.599
1.02.04.01	Intangíveis	3.795.310	3.959.599

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.795.310	3.959.599

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	29.276.424	30.255.751
2.01	Passivo Circulante	7.530.115	8.381.670
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	111.230	117.246
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	111.230	117.246
2.01.02	Fornecedores	2.177.070	2.505.707
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.177.070	2.505.707
2.01.03	Obrigações Fiscais	497.011	516.114
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	89.306	75.591
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.043	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	66.263	75.591
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	405.994	439.306
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.711	1.217
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.037.923	1.960.854
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	300.250	1.238.230
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.516	1.238.230
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	287.734	0
2.01.04.02	Debêntures	737.673	722.624
2.01.05	Outras Obrigações	3.515.500	3.112.832
2.01.05.02	Outros	3.515.500	3.112.832
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	478.657	60.834
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	2.172	2.555
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	443.125	445.232
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	427.205	359.718
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	886.356	1.032.194
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.342	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	4.810	8.735
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	362.076	355.807
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	45.529	56.034
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	46.708	3.000
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	811.520	781.381
2.01.06	Provisões	191.381	168.917
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	188.926	166.645
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	188.926	166.645
2.01.06.02	Outras Provisões	2.455	2.272
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.455	2.272
2.02	Passivo Não Circulante	18.667.106	19.175.043
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.860.567	3.607.533
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.148.041	613.482
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.148.041	613.482
2.02.01.02	Debêntures	3.712.526	2.994.051
2.02.02	Outras Obrigações	12.993.785	14.805.454
2.02.02.02	Outros	12.993.785	14.805.454
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	1.683	2.660
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	5.050.336	6.688.417
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	73.646	27.561

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	33.042	36.714
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	91.893	133.883
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	456.795	532.303
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	351.104	700.833
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	140.480	153.940
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.695.182	6.529.143
2.02.02.02.17	Operação com instrumento derivativo	99.624	0
2.02.04	Provisões	812.754	762.056
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	810.306	759.608
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	810.306	759.608
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	3.079.203	2.699.038
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	196.766	1.127.726
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	171.137
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	759.823
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	380.398	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	711.817	745.472
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.557.733	-4.522.115

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.311.189	8.643.642	3.336.280	6.999.390
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.800.002	-7.708.893	-3.265.680	-6.563.176
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.133.946	-4.146.011	-1.910.835	-3.861.837
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-68.860	-134.930	-54.361	-106.545
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-650.531	-1.384.161	-307.868	-721.047
3.02.07	Pessoal e Administradores	-134.430	-402.176	-169.902	-353.964
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.537	-3.125	-7.611	-13.797
3.02.09	Serviços de Terceiros	-205.570	-433.191	-157.370	-308.647
3.02.10	Material	-15.350	-28.821	-26.280	-53.976
3.02.11	Custo de Construção	-362.624	-639.699	-284.609	-486.670
3.02.12	Provisão esperada com créditos de liquidação duvidosa	-43.923	-154.631	-139.998	-244.106
3.02.13	Provisão para processos judiciais e outros riscos	-14.212	-27.127	-23.152	-48.185
3.02.16	Depreciação e Amortização	-161.370	-323.067	-165.559	-332.564
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-7.649	-31.954	-18.135	-31.838
3.03	Resultado Bruto	511.187	934.749	70.600	436.214
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	511.187	934.749	70.600	436.214
3.06	Resultado Financeiro	-192.325	-407.362	-156.626	-285.335
3.06.01	Receitas Financeiras	118.736	258.847	35.033	111.197
3.06.02	Despesas Financeiras	-311.061	-666.209	-191.659	-396.532
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-312.353	-667.182	-189.029	-392.492
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	1.292	973	-2.630	-4.040
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	318.862	527.387	-86.026	150.879
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-108.656	-180.644	27.389	-54.285
3.08.01	Corrente	-25.054	-33.013	22.204	0
3.08.02	Diferido	-83.602	-147.631	5.185	-54.285
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	210.206	346.743	-58.637	96.594
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	210.206	346.743	-58.637	96.594
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,06451	1,75595	-0,29695	0,48917

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	210.206	346.743	-58.637	96.594
4.02	Outros Resultados Abrangentes	971.950	964.382	131.390	155.964
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	1.446.998	1.446.998	230.515	230.515
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	-491.980	-491.980	-78.375	-78.375
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	25.656	14.189	-31.440	5.794
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-8.724	-4.825	10.690	-1.970
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.182.156	1.311.125	72.753	252.558

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-395.376	-244.308
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.452.150	1.158.328
6.01.01.01	Lucro líquido do período	346.743	96.594
6.01.01.02	Depreciação e amortização	344.413	332.564
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	66.246	0
6.01.01.05	Variações monetárias	-9.111	32.707
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-203.658	-17.185
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	155.129	244.682
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros riscos	131.408	47.657
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	17.652	30.134
6.01.01.10	Custo de empréstimos e Debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	116.335	152.942
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	237.913	223.532
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-577	-792
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	26.462	16.647
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	147.631	54.285
6.01.01.15	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	61.881	0
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	8.570	10.625
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	5.113	-66.064
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-923.726	-557.445
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-183.626	-50.494
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-8.760	-95.088
6.01.02.03	Almoxarifado	21.929	-17.873
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	532	-22.127
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	142.274	-2.325.728
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-23.211	-15.248
6.01.02.08	Outros créditos	-93.489	-98.228
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	-337.922	-192.686
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-6.016	-14.929
6.01.02.11	Fornecedores	-417.213	-228.006
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.043	0
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	-42.146	32.623
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	-221.346	127.568
6.01.02.15	Serviços em curso	-44.129	-2.741
6.01.02.16	Encargos setoriais	48.351	4.949
6.01.02.19	Outras obrigações	21.825	48.845
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	196.178	2.291.718
6.01.03	Outros	-923.800	-845.191
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-37.775	-90.970
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-22.088	-6.098
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-402.875	-331.001
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-92.254	-51.679
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-783	78

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-8.570	-10.852
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	1.657	-2.986
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-361.112	-351.683
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-545.930	-527.070
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-611.644	-442.171
6.02.02	Consumidores participação financeira	58.943	25.062
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-34.065	-66.513
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	35.251	34.013
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-15.924	-82.034
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	21.509	4.573
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-217.796	508.715
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.269.000	859.997
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-2.021.208	-223.329
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	-27.655	0
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-32.943	-27.953
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-513.137	-100.000
6.03.08	Amortizações de operação com instrumento derivativo	108.147	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.159.102	-262.663
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.095.811	1.280.195
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	936.709	1.017.532

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-930.960	0	0	-930.960
5.04.06	Dividendos	0	0	-759.823	0	0	-759.823
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-171.137	0	0	-171.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	346.743	964.382	1.311.125
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	346.743	0	346.743
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	964.382	964.382
5.05.02.06	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	1.446.998	1.446.998
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-491.980	-491.980
5.05.02.08	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	14.189	14.189
5.05.02.09	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-4.825	-4.825
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	33.655	-33.655	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	50.993	-50.993	0
5.06.05	Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-17.338	17.338	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	196.766	380.398	-2.845.916	3.079.203

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-470.629	0	0	-470.629
5.04.06	Dividendos	0	0	-470.629	0	0	-470.629
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.594	155.964	252.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.594	0	96.594
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	155.964	155.964
5.05.02.06	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	230.515	230.515
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-78.375	-78.375
5.05.02.08	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	5.794	5.794
5.05.02.09	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-1.970	-1.970
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	35.208	-35.208	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	53.345	-53.345	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-18.137	18.137	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	367.903	131.802	-2.096.515	3.751.145

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	13.173.168	10.721.111
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.150.325	4.911.162
7.01.02	Outras Receitas	7.537.775	5.567.385
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	639.699	486.670
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-154.631	-244.106
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.302.813	-5.998.173
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.216.108	-5.139.645
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.036.217	-801.080
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-50.488	0
7.02.04	Outros	0	-57.448
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.870.355	4.722.938
7.04	Retenções	-344.413	-332.564
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-344.413	-332.564
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.525.942	4.390.374
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	258.847	111.197
7.06.02	Receitas Financeiras	258.847	111.197
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.784.789	4.501.571
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.784.789	4.501.571
7.08.01	Pessoal	412.404	378.150
7.08.01.01	Remuneração Direta	314.412	251.386
7.08.01.02	Benefícios	83.202	106.189
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.790	20.575
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.351.315	3.627.078
7.08.02.01	Federais	2.253.486	1.719.906
7.08.02.02	Estaduais	2.080.092	1.885.278
7.08.02.03	Municipais	17.737	21.894
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	674.327	399.749
7.08.03.01	Juros	666.955	395.323
7.08.03.02	Aluguéis	7.372	4.426
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	346.743	96.594
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	346.743	96.594

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

2T21 / 6M21

Enel Distribuição São Paulo

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

27 de julho de 2021

Relações com Investidores

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Relações com Investidores

Fábio Romanin

Head de Relações com Investidores

Leonardo Dias Wanderley

Relações com Investidores

<http://ri.eneldistribuicaosp.com.br/> | brasil.investorrelations@enel.com



Comentário do Desempenho

São Paulo, 27 de julho de 2021 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do segundo trimestre de 2021 (“2T21”) e do primeiro semestre (“1S21”, “6M21”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1 DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	10.203	9.251	10,3%	10.357	-1,5%	20.560	19.922	3,2%
Receita Bruta (R\$ mil)	6.666.710	5.156.210	29,3%	6.661.089	0,1%	13.327.799	10.965.217	21,5%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.311.189	3.336.280	29,2%	4.332.453	-0,5%	8.643.642	6.999.390	23,5%
EBITDA (R\$ mil)	672.557	236.159	184,8%	585.259	14,9%	1.257.816	768.778	63,6%
Margem EBITDA (%)	15,6%	7,1%	8,5 p.p.	13,5%	2,1 p.p.	14,6%	11,0%	3,6 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	17,0%	7,7%	9,3 p.p.	14,4%	2,6 p.p.	15,7%	11,8%	3,9 p.p.
EBIT (R\$ mil)	511.187	70.600	624,1%	423.562	20,7%	934.749	436.214	114,3%
Margem EBIT (%)	11,9%	2,1%	9,7 p.p.	9,8%	2,1 p.p.	10,8%	6,2%	4,6 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	210.206	(58.637)	-458,5%	136.537	54,0%	346.743	96.594	259,0%
Margem Líquida (%)	4,9%	-1,8%	6,6 p.p.	3,2%	54,7%	4,0%	1,4%	2,6 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	5,3%	-1,9%	7,2 p.p.	3,4%	58,1%	4,3%	1,5%	2,8 p.p.
CAPEX (R\$ mil)	364.391	242.752	50,1%	253.042	44,0%	617.433	444.069	39,0%
DEC - horas (12 meses)	7,25	6,42	12,9%	7,64	-5,1%	7,25	6,42	12,9%
FEC - vezes (12 meses)	3,86	3,38	14,2%	3,92	-1,5%	3,86	3,38	14,2%
Índice de Arrecadação (YTD)	100,07%	94,58%	5,5 p.p.	99,54%	0,5 p.p.	100,07%	94,6%	5,5 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,53%	10,15%	0,4 p.p.	10,87%	-0,3 p.p.	10,53%	10,2%	0,4 p.p.
Nº de Consumidores (3)	7.493.420	7.138.714	5,0%	7.404.400	1,2%	7.493.420	7.138.714	5,0%
Nº de Colaboradores Próprios (4)	8.597	6.101	40,9%	5.500	56,3%	8.597	6.101	40,9%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	301	294	2,2%	551	-45,5%	606	633	-4,4%
PMSO (5)/Consumidor	48,6	53,1	-8,4%	72,2	-32,6%	120,0	106,8	12,4%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	221	227	-2,7%	559	-60,5%	221	227	-2,7%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	33.946	31.450	7,9%	13.239	156,4%	33.946	31.450	7,9%

(1) Variação entre 2T210 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20 | (3) Unidades Faturadas | (4) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

DADOS GERAIS

	2T21	2T20	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.170.745	18.170.745	0,0%
Consumidores (Unid.)	7.493.420	7.138.714	5,0%
Linhas de Distribuição (Km)	42.112	42.112	0,0%
Linhas de Transmissão (Km)	1.836	1.836	0,0%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	40.915	41.147	-0,6%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,85%	8,43%	0,4 p.p.

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial

(2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADEE

(3) Volume de Energia do Brasil de acordo com Empresa de Pesquisa Econômica - EPE

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeverica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A área de concessão, de 4.526 km², com 1.636 unidades consumidoras faturadas por km².

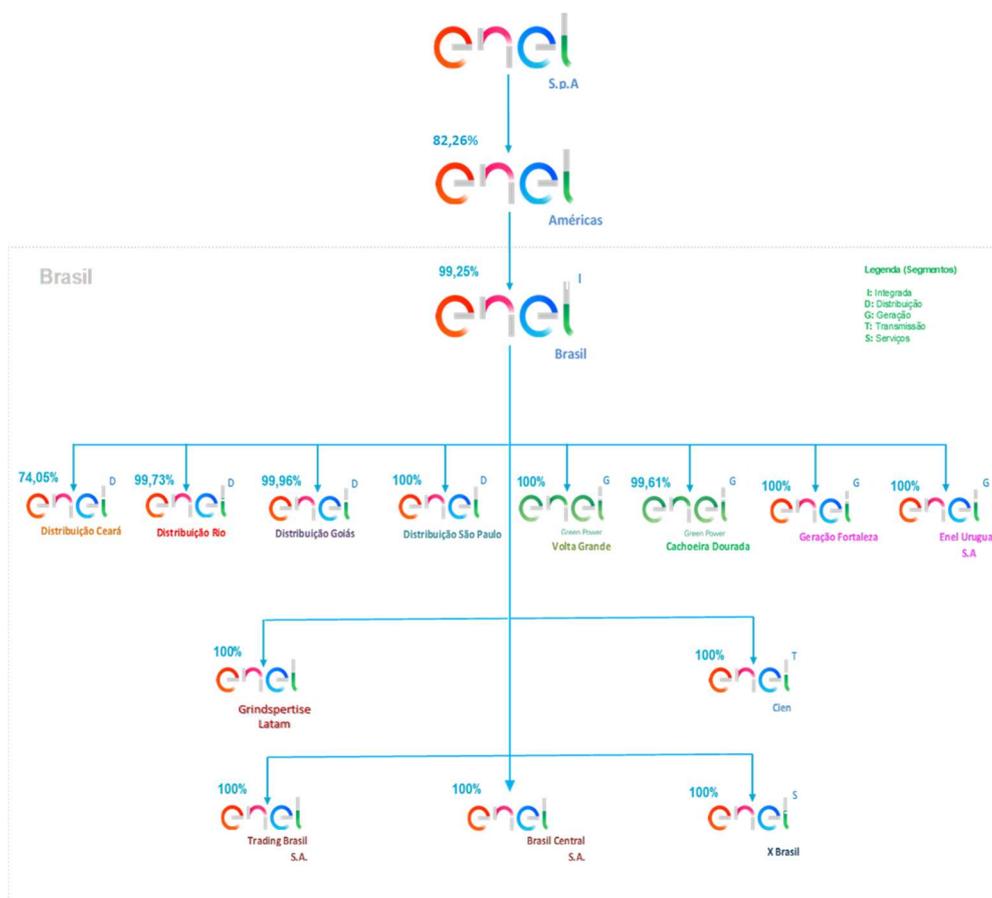
Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

ESTRUTURA DE CONTROLE

	ON	%	TOTAL	%
Enel Brasil S.A	197.466.862	100%	197.466.862	100%
Total	197.466.862	100%	197.466.862	100%



Comentário do Desempenho



3 DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	7.490.855	7.136.838	5,0%	7.401.978	1,2%	7.490.855	7.136.838	5,0%
Residencial	7.043.715	6.701.599	5,1%	6.955.502	1,3%	7.043.715	6.701.599	5,1%
Industrial	24.932	24.832	0,4%	25.087	-0,6%	24.932	24.832	0,4%
Comercial	402.144	390.970	2,9%	401.164	0,2%	402.144	390.970	2,9%
Rural	575	553	4,0%	563	2,1%	575	553	4,0%
Setor Público	19.489	18.884	3,2%	19.662	-0,9%	19.489	18.884	3,2%
Cientes Livres	2.565	1.876	36,7%	2.422	5,9%	2.565	1.876	36,7%
Industrial	600	509	17,9%	575	4,3%	600	509	17,9%
Comercial	1.906	1.314	45,1%	1.788	6,6%	1.906	1.314	45,1%
Setor Público	52	46	13,0%	52	0,0%	52	46	13,0%
Cias Energéticas	7	7	0,0%	7	0,0%	7	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.493.420	7.138.714	5,0%	7.404.400	1,2%	7.493.420	7.138.714	5,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20

A Companhia encerrou o 2T21 com um aumento de 5,0%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação à quantidade de unidades consumidoras faturadas no 2T20. Observa-se, no trimestre, crescimento em todas as classes, com destaque para a classe residencial no mercado cativo e classe comercial nos clientes livres com aumentos de 5,1% e 45,1%, respectivamente



Comentário do Desempenho

Venda de Energia na Área de Concessão¹

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 2T21 em 10.203 GWh, aumento de 10,3% em relação ao 2T20.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. %
Mercado Cativo	7.245	6.886	5,2%	7.295	-0,7%	14.540	14.736	-1,3%
Clientes Livres	2.958	2.366	25,0%	3.062	-3,4%	6.020	5.186	16,1%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.203	9.251	10,3%	10.357	-1,5%	20.560	19.922	3,2%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Mercado Cativo

O mercado cativo somou 7.245 GWh no 2T21, o que correspondeu a um aumento de 5,2% comparado ao 2T20. Essa variação explica-se, sobretudo, pelos reflexos de retomada das atividades durante a pandemia do Covid-19, período em que foram adotadas medidas de restrição de atividade na área de concessão da Enel São Paulo, resultando em significativa redução de consumo, principalmente, nas classes comercial e industrial.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. %
Residencial	4.207	3.942	6,7%	4.185	0,5%	8.392	7.992	5,0%
Industrial	561	486	15,5%	521	7,8%	1.082	1.110	-2,6%
Comercial	1.928	1.925	0,1%	2.068	-6,8%	3.996	4.505	-11,3%
Rural	8	8	2,9%	7	7,8%	15	16	-2,9%
Setor Público	541	525	3,1%	513	5,4%	1.054	1.113	-5,3%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.245	6.886	5,2%	7.295	-0,7%	14.540	14.736	-1,3%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. %
Residencial	597	588	1,5%	598	-0,1%	1.191	1.193	-0,1%
Industrial	22.501	19.557	15,1%	20.561	9,4%	43.381	44.699	-2,9%
Comercial	4.794	4.925	-2,6%	5.111	-6,2%	9.938	11.524	-13,8%
Rural	13.913	14.052	-1,0%	12.996	7,1%	26.819	28.714	-6,6%
Setor Público	27.759	27.786	-0,1%	25.762	7,8%	54.089	58.920	-8,2%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	967	965	0,2%	986	-1,9%	1.941	2.065	-6,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 2.958 GWh no 2T21, um aumento de 25% quando comparado ao 2T20, justificado pela retomada do padrão de consumo dos clientes livres da Companhia mediante a redução do padrão médio de consumo dos clientes livres industriais e comerciais verificado em 2020, resultado dos efeitos da pandemia do Covid-19 e consequente contração da atividade econômica. No acumulado do ano, o volume total de energia transportada aos clientes livres cresceu 16,1%.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. %
Industrial	1.388	1.097	26,5%	1.382	0,5%	2.770	2.348	18,0%
Comercial	1.168	895	30,4%	1.270	-8,0%	2.438	2.047	19,1%
Setor Público	402	373	7,7%	410	-1,9%	812	791	2,6%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	2.958	2.366	25,0%	3.062	-3,4%	6.020	5.186	16,1%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. %
Industrial	2.313	2.155	7,3%	2.403	-3,7%	4.616	4.613	0,1%
Comercial	613	681	-10,1%	710	-13,7%	1.279	1.558	-17,9%
Setor Público (3)	6.814	7.044	-3,3%	6.946	-1,9%	13.760	14.922	-7,8%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	1.153	1.261	-8,6%	1.264	-8,8%	2.347	2.764	-15,1%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20

¹ Não Inclui Consumo Próprio



Comentário do Desempenho

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Itaipu	1.931	2.059	-6,2%	1.912	1,0%	3.843	4.129	-6,9%
Leilão (3)	6.333	6.919	-8,5%	7.049	-10,2%	13.382	13.870	-3,5%
Angra 1 e 2	369	386	-4,4%	365	1,2%	734	772	-5,0%
Proinfra	182	(435)	-141,8%	156	16,4%	338	362	-6,6%
Total - Compra de Energia	8.815	8.930	-1,3%	9.483	-7,0%	18.298	19.133	-4,4%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20 | (3) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Energia Consumida (GWh)	10.203	9.251	10,3%	10.357	-1,5%	20.560	19.922	3,2%
Residencial	4.207	3.942	6,7%	4.185	0,5%	8.392	7.992	5,0%
Industrial	561	486	15,5%	521	7,8%	1.082	1.110	-2,6%
Comercial	1.928	1.925	0,1%	2.068	-6,8%	3.996	4.505	-11,3%
Rural	8	8	2,9%	7	7,8%	15	16	-2,9%
Setor público	541	525	3,1%	513	5,4%	1.054	1.113	-5,3%
Clientes Livres	2.958	2.366	25,0%	3.062	-3,4%	6.020	5.186	16,1%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	2.375	1.163	104,1%	1.265	87,8%	2.322	2.322	0,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	10,33%	11,47%	-1,1 p.p.	10,62%	-0,3 p.p.	10,54%	10,54%	0 p.p.

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20

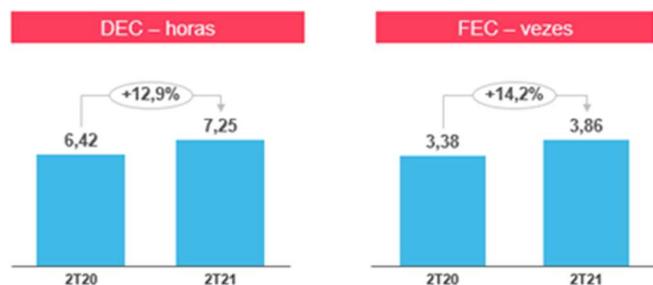
Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
DEC - horas (12 meses)	7,25	6,42	12,9%	7,64	-5,1%	7,25	6,42	12,9%
FEC - vezes (12 meses)	3,86	3,38	14,2%	3,92	-1,5%	3,86	3,38	14,2%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,53%	10,15%	0,4 p.p.	10,87%	-0,3 p.p.	10,5%	10,15%	0,4 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	100,07%	94,58%	5,5 p.p.	99,54%	0,5 p.p.	100,07%	94,6%	5,5 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	301	294	2,2%	551	-45,5%	606	633	-4,4%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	221	227	-2,7%	559	-60,5%	221	227	-2,7%
PMSO (3) / Consumidor	48,6	53,1	-8,4%	72,2	-32,6%	120,0	106,8	12,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	33.946	31.450	7,9%	13.239	156,4%	33.946	31.450	7,9%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20 | (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 2T21, os indicadores embora tenham apresentado melhora em relação ao 1T21, ainda estão acima do nível registrado no 2T20. Esses indicadores foram fortemente impactados pela pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional e impacto na cadeia de suprimento logístico, principalmente em razão de atraso nas entregas de materiais e equipamentos. Como ação de contorno, a Companhia tem realizado investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multitarefas. Adicionalmente, a Companhia incrementou os recursos de atendimento emergencial com equipes adicionais para suprir a redução das equipes de campo.



Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado (Perdas)²

O percentual de perdas é a taxa obtida através da divisão da diferença entre a energia medida na fronteira e a energia faturada dos clientes, pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (46.116 GWh).

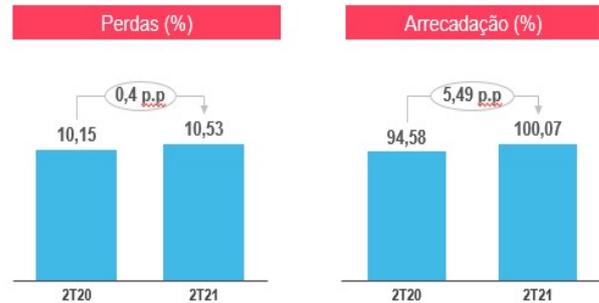
As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 10,53%, sendo divididas entre perdas técnicas (5,15%) e não técnicas (5,38%). Em comparação ao 2T20, as perdas totais apresentaram um aumento de 0,37 p.p., decorrente do aumento na agressividade de perdas comerciais (não técnicas) ocasionada pelo COVID19.

A ENEL Distribuição São Paulo tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais para os segmentos de baixa renda com um programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto na nova legislação.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição; (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular; (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares, e, (iv) Redução de perdas administrativas: o objetivo dessa iniciativa é identificar as oportunidades nos processos do ciclo comercial que geram perdas de faturamento no 2T21.

Arrecadação

O índice de arrecadação da companhia atingiu 100,07% no 2T21 contra 94,58% do mesmo período do ano anterior, com um aumento de 5,5 p.p, reflete, principalmente, o aumento de arrecadação com cobranças administrativas, resultado das ações adotadas pela Companhia para reduzir os níveis de inadimplência. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que suspendeu temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.



² Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL.
Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.



Comentário do Desempenho

4

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	6.666.710	5.156.210	29,3%	6.661.089	0,1%	13.327.799	10.965.217	21,5%
Deduções à Receita Operacional	(2.355.521)	(1.819.930)	29,4%	(2.328.636)	1,2%	(4.684.157)	(3.965.827)	18,1%
Receita Operacional Líquida	4.311.189	3.336.280	29,2%	4.332.453	-0,5%	8.643.642	6.999.390	23,5%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(3.800.002)	(3.265.680)	16,4%	(3.908.891)	-2,8%	(7.708.893)	(6.563.176)	17,5%
EBITDA	672.557	236.159	184,8%	585.259	14,9%	1.257.816	768.778	63,6%
Margem EBITDA	15,6%	7,1%	120,4%	13,5%	15,5%	14,6%	11,0%	3,6 p.p.
EBIT	511.187	70.600	624,1%	423.562	20,7%	934.749	436.214	114,3%
Margem EBIT	11,9%	2,1%	460,3%	9,8%	21,3%	10,8%	6,2%	4,6 p.p.
Resultado Financeiro	(192.325)	(156.626)	22,8%	(215.037)	-10,6%	(407.362)	(285.335)	42,8%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(108.656)	27.389	-496,7%	(71.988)	50,9%	(180.644)	(54.285)	232,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido	210.206	(58.637)	-458,5%	136.537	54,0%	346.743	96.594	259,0%
Margem Líquida	4,9%	-1,8%	-377,4%	3,2%	54,7%	4,0%	1,4%	190,7%
Margem Líquida ex-Receita de Construção	5,3%	-1,9%	-377,1%	3,4%	58,1%	4,3%	1,5%	192,1%
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	1,06	-0,30	-458,5%	0,69	0,54	1,76	0,49	259,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20 | (3) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.605.522	2.175.600	19,8%	2.544.803	2,4%	5.150.325	4.911.162	4,9%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	517.944	384.151	34,8%	515.406	0,5%	1.033.350	830.406	24,4%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.381.029	1.960.284	21,5%	2.408.192	n.a	4.789.221	4.337.369	10,4%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(15.700)	(175)	8871,4%	(25.230)	-37,8%	(40.930)	(15.658)	161,4%
Receita de Construção	362.624	284.609	27,4%	277.075	30,9%	639.699	486.670	31,4%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	105.899	101.565	4,3%	207.537	-49,0%	313.436	18.209	1621,3%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	3.351.796	2.730.434	22,8%	3.382.980	-0,9%	6.734.776	5.656.996	19,1%
Subvenção de Recursos da CDE	128.206	143.611	-10,7%	122.740	4,5%	250.946	238.889	5,0%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	485.310	133.134	264,5%	502.784	-3,5%	988.094	140.985	600,9%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	95.876	(26.569)	-460,9%	107.782	-11,0%	203.658	17.185	1085,1%
Total - Outras Receitas	709.392	250.176	183,6%	733.306	-3,3%	1.442.698	397.059	263,3%
Total - Receita Operacional Bruta	6.666.710	5.156.210	29,3%	6.661.089	0,1%	13.327.799	10.965.217	21,5%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 6,7 bilhões no 2T21, um aumento de 29,3% comparado ao 2T20. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 2T21, alcançou o montante de R\$ 6,30 bilhões, um aumento de R\$ 1.43 bilhão em relação ao 2T20, cujo montante foi de R\$ 4,87 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- aumento de R\$ 554,5 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes dos ajustes tarifários no período, e migração de clientes ao ACL (Ambiente de Contratação Livre);
- maior ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 352,2 milhões, devido, principalmente à maior constituição de ativo regulatório no período;
- aumento de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 122,4 milhões, por conta do maior volume de investimentos realizados na área de concessão no período analisados.

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 21,5%, ou R\$ 2,36 bilhões, em relação ao primeiro semestre de 2020, totalizando R\$ 13,3 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, nos 6M21, alcançou o montante de R\$ 12,69 bilhões, um aumento de R\$ 2,21 bilhões em relação aos 6M20, cujo montante foi de R\$ 10,48 bilhões.

Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 654,8 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes dos ajustes tarifários no período, e migração de clientes ao ACL (Ambiente de Contratação Livre);
- maior ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 847,1 milhões, devido, principalmente à maior constituição de ativo regulatório no período;
- aumento de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 186,5 milhões, por conta do maior volume de investimentos realizados na área de concessão no período analisados.



Comentário do Desempenho

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
ICMS	(1.043.040)	(847.714)	23,0%	(1.032.509)	1,0%	(2.075.549)	(1.881.125)	10,3%
PIS	(79.849)	(62.894)	27,0%	(84.121)	-5,1%	(163.970)	(143.490)	14,3%
COFINS	(368.070)	(289.862)	27,0%	(387.531)	-5,0%	(755.601)	(661.317)	14,3%
ISS	(37)	(41)	-9,8%	(36)	2,8%	(73)	(87)	-16,1%
Total - Tributos	(1.490.996)	(1.200.511)	24,2%	(1.504.197)	-0,9%	(2.995.193)	(2.686.019)	11,5%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(38.239)	(30.581)	25,0%	(39.298)	-2,7%	(77.537)	(64.510)	20,2%
Encargo Setorial CDE (3)	(529.162)	(559.888)	-5,5%	(653.878)	-19,1%	(1.183.040)	(1.119.775)	5,6%
TFSEE (4)	(4.977)	(4.738)	5,0%	(4.977)	0,0%	(9.954)	(9.476)	5,0%
Encargos do consumidor - PROINFA	(23.076)	(23.996)	-3,8%	(25.865)	-10,8%	(48.941)	(50.168)	-2,4%
Encargos do consumidor - CCRBT (5)	(269.071)	(216)	124469,9%	(100.421)	167,9%	(369.492)	(35.879)	929,8%
Total - Encargos Setoriais	(864.525)	(619.419)	39,6%	(824.439)	-0,9%	(1.688.964)	(1.279.808)	32,0%
Total - Deduções da Receita	(2.355.521)	(1.819.930)	29,4%	(2.328.636)	1,2%	(4.684.157)	(3.965.827)	18,1%

As deduções totalizaram R\$ 2,4 bilhões no 2T21, um incremento de 29,4%, ou R\$ 535,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Aumento de 24,2% (R\$ 290,5 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e COFINS corrente, com aumentos de R\$ 195,3 milhões e R\$ 78,2 milhões, respectivamente;
- Aumento de R\$ 245,1 milhões nos encargos setoriais, principalmente na linha de Encargos do consumidor - CCRBT.

No 1S21, as deduções da receita totalizaram R\$ 4.684,2 milhões, contra R\$ 3.965,8 milhões no 1S20, aumento de 18,1% ou R\$ 718,3 milhões, atribuído aos seguintes fatores:

- Aumento de 11,5% (R\$ 309,2 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e COFINS corrente, com aumentos de R\$ 194,4 milhões e R\$ 114,3 milhões, respectivamente;
- Aumento de R\$ 333,6 milhões nos encargos setoriais, principalmente na linha de Encargos do consumidor - CCRBT.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Parcela A								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.202.806)	(1.965.196)	12,1%	(2.078.135)	6,0%	(4.280.941)	(3.968.382)	7,9%
Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(650.531)	(307.868)	111,3%	(733.630)	-11,3%	(1.384.161)	(721.047)	92,0%
Total - Não Gerenciáveis	(2.853.337)	(2.273.064)	25,5%	(2.811.765)	1,5%	(5.665.102)	(4.689.429)	20,8%
Despesas Operacionais								
Pessoal	(134.430)	(169.902)	-20,9%	(267.746)	-49,8%	(402.176)	(353.964)	13,6%
Previdência Privada	(1.537)	(7.611)	-79,8%	(1.588)	-3,2%	(3.125)	(13.797)	-77,4%
Serviços de Terceiros	(205.570)	(157.370)	30,6%	(227.621)	-9,7%	(433.191)	(308.647)	40,4%
Material	(15.350)	(26.280)	-41,6%	(13.471)	13,9%	(28.821)	(53.976)	-46,6%
Depreciação e Amortização	(161.370)	(165.559)	-2,5%	(161.697)	-0,2%	(323.067)	(332.564)	-1,5%
PECLD (3)	(43.923)	(139.998)	-68,6%	(110.708)	-60,3%	(154.631)	(244.106)	-36,7%
Custo de Construção	(362.624)	(284.609)	27,4%	(277.075)	30,9%	(639.699)	(486.670)	-25,5%
Provisão para processos judiciais e outros	(14.212)	(23.152)	-38,6%	(12.915)	10,0%	(27.127)	(48.185)	-43,7%
Outras Despesas Operacionais	(7.649)	(18.135)	-57,8%	(24.305)	-68,5%	(31.954)	(31.838)	0,4%
Total - Despesas Operacionais (4)	(422.671)	(542.448)	-22,1%	(658.354)	-35,8%	(1.081.025)	(1.054.513)	2,5%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (4)	(3.276.008)	(2.815.512)	16,4%	(3.470.119)	-5,6%	(6.746.127)	(5.743.942)	17,4%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20 | (3) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (4) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 3,3 bilhões no 2T21, um aumento de R\$ 460,5 milhões em comparação com o 2T20. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis (Parcela A), de R\$ 580,3 milhões: Os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2,9 bilhões no 2T21, um aumento de 25,5% em comparação ao 2T20 (R\$ 2,3 bilhões). As principais variações devem-se, sobretudo, ao seguinte fator:

- Custo com Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição: aumento de 111,3% ou R\$ 342,7 milhões, em comparação ao 2T20, decorrente, principalmente, de (i) maiores custos encargos com uso da rede básica, no valor de R\$ 114,8 milhões, em função, sobretudo, do reajuste anual das transmissoras; (ii) maiores Encargos do Serviço do Sistema, no valor de R\$ 152,6 milhões, principalmente pelo maior Encargo de Energia de Reserva (EER);
- Aumento de 12,1%, ou R\$ 237,6 milhões, na energia elétrica comprada para revenda no 2T21 em comparação ao mesmo período do ano anterior, justificado principalmente pelo aumento no risco hidrológico.



Comentário do Desempenho

Redução no grupo de despesas operacionais (custos gerenciáveis), de R\$ 119,8 milhões, ou 22,1% no 2T21 em comparação ao 2T20, excluindo custo de construção e depreciação e amortização. Esse aumento deve-se, principalmente ao:

- Redução de R\$ 35,5 milhões relacionadas à despesa com Pessoal, como reflexo da provisão para reestruturação organizacional;
- Redução de R\$ 96,1 milhões relacionado à Provisão Esperada de Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD"), relacionado ao envelhecimento da dívida das classes residencial e comercial;
- Redução em R\$ 10,9 milhões na rubrica de materiais, devido a um alto gasto relacionado à compra de equipamentos de proteção individual para a pandemia do Covid-19 em 2020.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Aumento de R\$ 48,2 milhões com serviços de terceiros, em função dos gastos com manutenção preventiva e corretiva, além de despesas relacionadas ao combate às perdas e à inadimplência.

No acumulado do ano, os custos do serviço e despesas operacionais, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 6,7 bilhões nos 6M21, um aumento de R\$ 1 bilhão em comparação com os 6M20. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

- Aumento dos custos não-gerenciáveis em R\$ 975,7 milhões que totalizaram R\$ 5.665,1 milhões, resultado 20,8% superior ao registrado nos 6M20.
- Aumento dos custos gerenciáveis em R\$ 26,5 milhões que totalizaram R\$ 1.081,0 milhões, resultado 2,5% superior ao registrado no 6M20.

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	210.206	(58.637)	-458,5%	136.537	54,0%	346.743	96.594	259,0%
(+) Tributos sobre o Lucro	108.656	(27.389)	-496,7%	71.988	50,9%	180.644	54.285	232,8%
(+) Resultado Financeiro	192.325	156.626	22,8%	215.037	-10,6%	407.362	285.335	42,8%
(=) EBIT	511.187	70.600	624,1%	423.562	20,7%	934.749	436.214	114,3%
(+) Depreciações e Amortizações	161.370	165.559	-2,5%	161.697	-0,2%	323.067	332.564	-2,9%
(=) EBITDA	672.557	236.159	184,8%	585.259	14,9%	1.257.816	768.778	63,6%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 | (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	45.797	18.926	142,0%	50.873	-10,0%	96.670	47.664	102,8%
Subvenções governamentais	661	834	-20,7%	699	-5,4%	1.360	1.712	-20,6%
Atualização de Créditos Tributários	186	216	-13,9%	86	116,3%	272	478	-43,1%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	5.519	5.367	2,8%	4.682	17,9%	10.201	13.887	-26,5%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	16.648	8.243	102,0%	1.667	898,7%	18.315	22.154	-17,3%
Atualização Monetária Swap - Debêntures	27.750	(7.820)	n.a	20.977	n.a	48.727	4.241	n.a
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debentures	10.502	-		51.153		61.655	-	
Juros Swap - Debentures	843			3.162		4.005		
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	120	1.098	n.a	218	n.a	338	4.563	n.a
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	9.456	2.322	307,2%	6.410	47,5%	15.866	6.205	155,7%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(3.149)	(1.688)	86,6%	(3.079)	2,3%	(6.228)	(4.136)	50,6%
Total - Receitas Financeiras	118.736	35.033	238,9%	136.848	-13,2%	258.847	111.197	132,8%
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(49.377)	(37.885)	30,3%	(41.950)	17,7%	(91.327)	(83.332)	9,6%
Variação monetária - Debêntures	(87.033)	4.133	-460,2%	(134.002)	32,3%	(221.035)	(9.662)	1018,5%
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira	(6.818)		n.a	(2.300)	196,4%	(9.118)		n.a
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(4.221)	(5.151)	-18,1%	(4.349)	-2,9%	(8.570)	(10.624)	-19,3%
Subvenções governamentais	(662)	(834)	-20,6%	(699)	-5,3%	(1.361)	(1.712)	-20,5%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(2.957)	(3.790)	-22,0%	(2.207)	34,0%	(5.164)	(6.753)	-23,5%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	4.716	778	506,2%	1.072	339,9%	5.788	1.875	208,7%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(7.538)	(8.148)	-7,5%	(7.819)	-3,6%	(15.357)	(15.865)	-3,2%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(16.379)	(14.574)	12,4%	(21.894)	-25,2%	(38.273)	(18.465)	107,3%
Atualização Monetária - energia livre	(490)	(454)	7,9%	(301)	62,8%	(791)	(1.109)	-28,7%
Atualização Acordo Eletrobras	(9.989)	(12.940)	-22,8%	(7.663)	30,4%	(17.652)	(30.134)	-41,4%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(117.182)	(103.304)	13,4%	(117.182)	0,0%	(234.364)	(206.609)	13,4%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(1.079)	(1.080)	-0,1%	(1.061)	1,7%	(2.140)	(2.176)	-1,7%
Outras Despesas Financeiras	(13.834)	(6.234)	121,9%	(14.775)	-6,4%	(28.909)	(9.035)	216,6%
Total - Despesas Financeiras	(312.843)	(189.483)	65,1%	(355.130)	-11,9%	(667.973)	(393.601)	69,7%
Variações Cambiais	1.292	(2.630)	-149,1%	(319)	-505,0%	973	(4.040)	n.a
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(192.815)	(156.626)	23,1%	(218.601)	-11,8%	(408.153)	(285.335)	43,0%



Comentário do Desempenho

A Companhia registrou no 2T21 um resultado financeiro negativo de R\$ 192,3 milhões, montante R\$ 35,7 milhões superior ao resultado financeiro negativo de R\$ 156,6 milhões reconhecido no 2T20.

A principal variação observada nas rubricas de despesas financeiras no 2T21 foi o aumento de R\$ 991,24,7 milhões na linha de Variação monetária – Debêntures. Esse efeito foi parcialmente compensado pelas seguintes variações na Receita Financeira: (i) aumento de R\$ 26,9 milhões na linha de Atualização Monetária sobre as Contas de Energia Elétrica em Atraso, ou equivalente à 142% acima do mesmo período do ano anterior; e (ii) aumento de R\$ 35,6 milhões na linha de Atualização Monetária Swap – Debêntures, em relação ao mesmo período do ano de 2020.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.054)	22.204	-212,8%	(7.959)	n.a	(33.013)	-	n.a
Contribuição Social Diferida	(22.129)	1.372	n.a	(16.950)	n.a	(39.079)	(14.370)	171,9%
Imposto de Renda Diferido	(61.473)	3.813	n.a	(47.079)	n.a	(108.552)	(39.915)	172,0%
Total	(108.656)	27.389	n.a	(71.988)	n.a	(180.644)	(54.285)	232,8%

No 2T21, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 108,7 milhões, uma redução de R\$ 136,0 milhões em relação ao 2T20, explicado pelo aumento da base de cálculo desses tributos.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2T21	2T20	Var. % (1)	1T21	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.962.245	4.464.313	33,6%	5.154.819	15,7%
(-) Disponibilidades	(975.291)	(1.056.163)	-7,7%	(846.619)	15,2%
Dívida Líquida	4.986.954	3.408.150	46,3%	4.308.200	15,8%
EBITDA (3)	3.191.336	2.223.898	43,5%	2.754.943	15,8%
Dívida Bruta/EBITDA	1,87	2,01	-6,93%	1,87	-7,40%
Dívida Líquida/EBITDA	1,56	1,53	1,97%	1,56	27,30%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta+PL)	0,66	0,54	41,76%	0,67	15,17%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,62	0,48	54,87%	0,63	33,71%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 2T21 e 2T20; (3) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses)

A Dívida Bruta¹ da Companhia encerrou o 2T21 em R\$ 5.962 milhões, um aumento de R\$ 510 milhões em relação ao 4T20. Essa variação deve-se principalmente às novas captações no montante de R\$ 2.299 milhões, sendo R\$ 1.549 milhões referentes à empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro, R\$ 720 milhões referentes a emissão da 25ª emissão de debêntures e R\$ 30 milhões referente ao novo desembolso do empréstimo financeiro já existente junto a Fundação CESP (Vivest) relativo ao processo de migração para plano de Contribuição Definida realizado em dezembro de 2020, somados às provisões de encargos e variação monetária no período no montante de R\$ 160 milhões, parcialmente compensadas por liquidações de dívidas no valor total de R\$ 1.954 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 29 milhões.

Em relação às liquidações realizadas no período 2T21, destacam-se a liquidação do contrato da Fundação CESP (Vivest), no montante de R\$ 1.028 milhões em maio de 2021, as liquidações de operações na modalidade de 4131 + SWAP com o banco Tokio, Scotiabank e BNP em março e abril de 2021 no montante de R\$ 875 milhões, somados aos pagamento de juros da 23ª e 24ª emissão de debêntures realizados nos meses de março e maio no montante de R\$ 43 milhões.

As disponibilidades fecharam o 2T21 em R\$ 975 milhões, ante R\$ 2.134 milhões no 4T20, uma redução de R\$ 1.159 milhões devido principalmente ao aumento do custo de energia efeito de maior risco hidrológico somado ao pagamento de dividendos. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4.987 milhões no 2T21, um aumento de R\$ 1.670 milhões em relação ao saldo de R\$ 3.317 milhões do 4T20.



Comentário do Desempenho

A Companhia encerrou o 2T21 com o custo médio da dívida no período de 6,22% a.a., ou CDI + 3,49% a.a e prazo médio de pagamento de 3,33 anos, considerando a operação com Fundação CESP. Desconsiderando a dívida com a Fundação CESP tem-se um custo médio de 3,80% a.a., ou CDI + 1,14% a.a.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 14 e 15 das Demonstrações Contábeis referentes ao 2T21, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de junho de 2021. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas debêntures de emissão da companhia (23ª, 24ª e 25ª emissão).

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

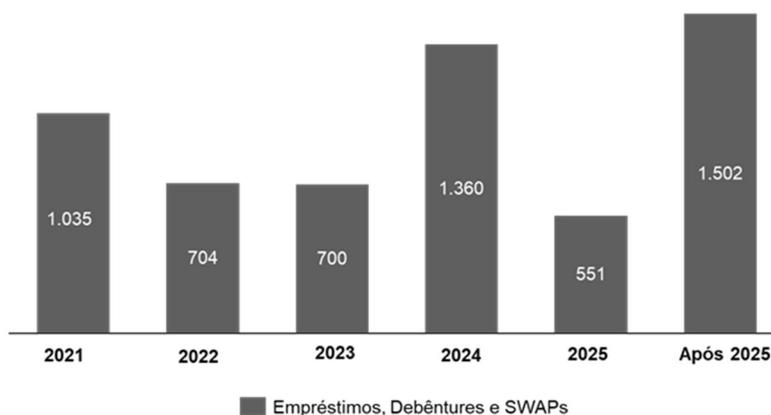
	2T21
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	5.962.245
Fundo de Pensão	(356.231)
(-) Disponibilidades	(975.291)
Dívida Líquida	4.630.723
EBITDA (1) (12 meses)	3.191.336
(+)PDD	220.043
(+)Contingências	60.448
(+)Despesas com Funesp (últimos 12 meses)	(456.421)
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	19.591
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª Emissão	3.034.997
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(53.108)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(19.591)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	2.962.298

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª e 25ª Debênture	1,53
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,56

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)²

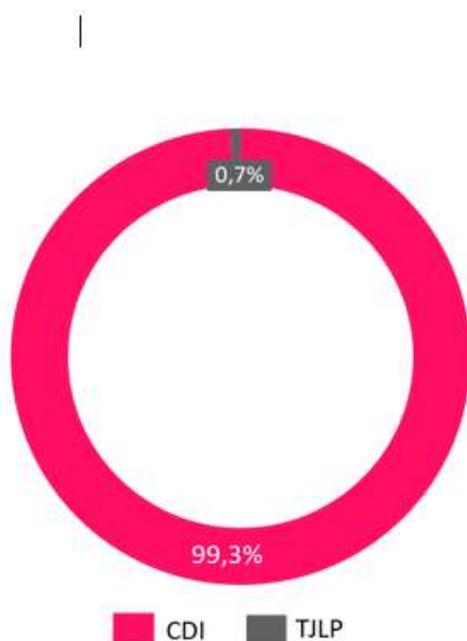


² Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

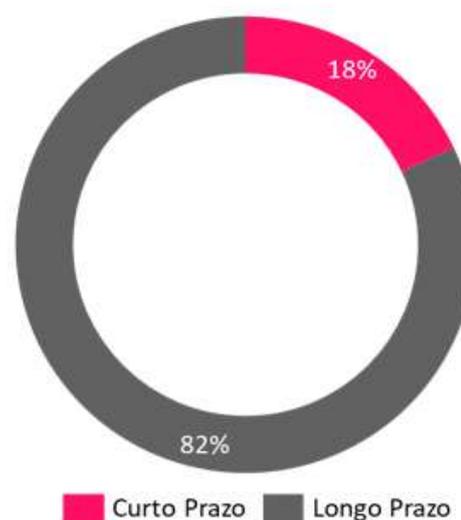


Comentário do Desempenho

Abertura da Dívida Bruta – Indexadores³



Abertura da Dívida Bruta – Curto/Longo Prazo³



Rating da Companhia³

Escala	Ratings	Nacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	Estável
	Moody's	Aaa	Estável

Últimas atualizações: Fitch - set/2020; Moody's- set/2020

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Manutenção	180.111	107.872	67,0%	133.719	34,7%	313.830	208.786	50,3%
Crescimento	112.374	87.206	28,9%	70.061	60,4%	182.435	141.753	28,7%
Novas Conexões	61.180	41.464	47,6%	43.949	39,2%	105.129	82.582	27,3%
Financiado pela Companhia	353.665	236.542	49,5%	247.730	42,8%	601.395	433.121	38,9%
Financiado pelo Cliente	10.726	6.210	72,7%	5.312	101,9%	16.038	10.948	46,5%
Total	364.391	242.752	50,1%	253.042	44,0%	617.433	444.069	39,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T201 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

No 2T21, a Companhia investiu R\$ 364,4 milhões, montante 50,1% superior ao registrado no 2T20, alocados, principalmente, em atividades de manutenção e crescimento. Do total investido, R\$ 353,7 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 10,7 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

Para manutenção, foram investidos R\$ 180,1 milhões, 67,0% superior ao investido no 2T20 (R\$ 107,9 milhões). Na parte de crescimento foram investimentos 112,4 milhões, 28,9% superior ao investido no 2T20 (R\$ 87,2 milhões), nas novas conexões foram investidos R\$ 61,2 milhões, 47,6% superior ao investido no 2T20 (R\$ 41,5 milhões) e para projetos financiados pelos clientes foram investidos R\$ 10,7 milhões, 72,7% superior ao investido no 2T20 (R\$ 6,2 milhões).

³ Quadro considera ratings válidos em 31 de Março de 2020.



Comentário do Desempenho

5 OUTROS TEMAS

Reajuste Tarifário Anual 2020

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +9,60% composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	3,68%
Energia Comprada	0,92%
Encargos de Transmissão	-2,26%
Parcela A	2,34%
Parcela B	9,07%
Reajuste Econômico	11,41%
CVA Total	8,14%
Mecanismos de mitigação tarifária	-10,63%
Reversão Conta Covid	-0,59%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,27%
Reajuste Financeiro	-1,81%
Reajuste Total	9,60%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-0,17%
Efeito para o consumidor	9,44%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 3,11%, representando 2,34% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 3.640 milhões. Um aumento de 20,48%, representando 3,68% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 42,38% do encargo com a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE;
- Energia Comprada: R\$ 7.674 milhões. O aumento de 2,07% decorre principalmente do aumento dos custos de Itaipu e dos contratos por disponibilidade de energia nova. O aumento do custo de compra de energia representa 0,92% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 1.767 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -17,7%, correspondendo a um efeito de -2,26% no reajuste econômico. Destaca-se o reflexo do reperfilamento da remuneração dos ativos não depreciados referente a Rede Básica de Sistema Existente (RBSE) nas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão e as novas Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 36,91%, representando uma participação de 9,07% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 36,65%, no período de 12 meses findos em junho de 2021; e



Comentário do Desempenho

- Fator X de -0,25 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, previamente definido na 5ª Revisão Tarifária Periódica (“5RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,05%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, previamente definido na 5RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 304,59 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 1.369 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Neutralidade de Encargos Setoriais e da Parcela A de R\$ 18,80 milhões, Sobrecontratação de R\$ 114,11 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 832,64 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de -R\$ 98,75 milhões.

O reajuste tarifário médio de +9,44% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	3,67%
Baixa Tensão	11,38%
Efeito Médio	9,44%

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 18,74/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 39,71/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 94,92/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020, foram reflexo das condições hidrológicas da época.

Vale destacar que em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e no 2º trimestre de 2021 podem ser observadas conforme quadros abaixo:



Comentário do Desempenho

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLDgatilho ¹ - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68	DSP 1.511/20 - Suspensão do Sistema de Bandeiras					DSP 3.364/20 - Reativação	

1- PLDgatilho, acionamento das bandeiras tarifárias (fonte: ANEEL)

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLDgatilho ¹ - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84						

1- PLDgatilho, acionamento das bandeiras tarifárias (fonte: ANEEL)

Conta Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Para a Enel SP, o referido empréstimo é positivo, pois garante liquidez para o setor e alivia o impacto tarifário de 2020, pois os efeitos serão diluídos em 60 meses.

Em 19 de agosto, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição, com prazo de contribuição até 05/10.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica.

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a ENEL SP tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.



Notas Explicativas

Formulário de Informações Trimestrais 30 de junho de 2021

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Enel Distribuição São Paulo

Notas Explicativas

ÍNDICE

Comentário de desempenho	3
Relatório dos auditores sobre as informações financeiras intermediárias	4
Informações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	20
Declaração dos Diretores	99

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	936.709	2.095.811
Investimentos de curto prazo	4	38.582	38.940
Consumidores, revendedores e outros	5	2.703.546	2.621.373
Operação com instrumento derivativo	31.1	77	23.718
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	75.804	53.496
Outros tributos compensáveis	8	955.228	917.394
Contas a receber - acordos	6	469.366	516.877
Ativo financeiro setorial	11	1.534.327	906.507
Outros créditos		343.475	256.190
Almoxarifado		7.552	29.481
Serviços em curso		285.760	241.631
Despesas pagas antecipadamente		67.253	44.042
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		7.417.679	7.745.460
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, revendedores e outros	5	23.909	23.899
Ativo financeiro setorial	11	390.983	680.881
Operação com instrumento derivativo	31.1	82.501	95.656
Outros tributos compensáveis	8	5.997.033	6.177.141
Tributos e contribuições sociais diferidos	9	4.020.444	4.664.880
Depósitos vinculados	17	808.753	802.277
Contas a receber - acordos	6	13.504	12.155
Outros créditos		65.607	80.429
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	855.655	545.741
Ativo financeiro da concessão	10.2	5.608.271	5.247.418
Investimento		34.936	41.250
Imobilizado arrendado	15	161.839	178.965
Intangível	10.3	3.795.310	3.959.599
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		21.858.745	22.510.291
TOTAL DO ATIVO		29.276.424	30.255.751

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	12	2.177.070	2.505.707
Empréstimos e financiamentos	14	300.250	1.238.230
Debêntures	14	737.673	722.624
Obrigações por arrendamentos	15	45.529	56.034
Subvenções governamentais		2.172	2.555
Imposto de renda e contribuição social a pagar		23.043	-
Outros tributos a pagar	13	473.968	516.114
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		478.657	60.834
Obrigações sociais e trabalhistas		111.230	117.246
Encargos setoriais	18	443.125	445.232
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	4.810	8.735
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	362.076	355.807
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	191.381	168.917
Reserva de reversão		7.342	7.342
Operação com instrumento derivativo	31.1	46.708	3.000
Outras obrigações		427.205	359.718
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	811.520	781.381
Passivo financeiro setorial	11	886.356	1.032.194
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		7.530.115	8.381.670
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	1.148.041	613.482
Debêntures	14	3.712.526	2.994.051
Obrigações por arrendamentos	15	140.480	153.940
Subvenções governamentais		1.683	2.660
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	5.050.336	6.688.417
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	351.104	700.833
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	812.754	762.056
Encargos setoriais	18	73.646	27.561
Reserva de reversão		33.042	36.714
Operação com instrumento derivativo	31.1	99.624	-
Outras obrigações		91.893	133.883
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.695.182	6.529.143
Passivo financeiro setorial	11	456.795	532.303
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.667.106	19.175.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21.3	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21.5	(2.845.916)	(3.776.643)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		-	171.137
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	759.823
Lucros acumulados		380.398	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.079.203	2.699.038
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.276.424	30.255.751

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
	Notas				
Receita líquida	23	4.311.189	8.643.642	3.336.280	6.999.390
Custo do serviço	24	(3.665.249)	(7.409.398)	(3.041.262)	(6.134.020)
Lucro bruto		645.940	1.234.244	295.018	865.370
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(43.923)	(154.631)	(139.998)	(244.106)
Despesas gerais e administrativas	24	(118.394)	(226.359)	(124.805)	(254.974)
Outras receitas e despesas operacionais	24	27.564	81.495	40.385	69.924
Total (despesas) receitas operacionais		(134.753)	(299.495)	(224.418)	(429.156)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		511.187	934.749	70.600	436.214
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	118.736	258.847	35.033	111.197
Despesas financeiras	27	(312.353)	(667.182)	(189.029)	(392.492)
Variações cambiais, líquidas	27	1.292	973	(2.630)	(4.040)
Total do resultado financeiro		(192.325)	(407.362)	(156.626)	(285.335)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		318.862	527.387	(86.026)	150.879
Imposto de renda e contribuição social					
Contribuição social	28	(6.806)	(8.966)	5.997	-
Imposto de renda	28	(18.248)	(24.047)	16.207	-
Contribuição social diferida	9.4/28	(22.129)	(39.079)	1.372	(14.370)
Imposto de renda diferido	9.4/28	(61.473)	(108.552)	3.813	(39.915)
Total dos tributos sobre o lucro		(108.656)	(180.644)	27.389	(54.285)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		210.206	346.743	(58.637)	96.594
Lucro (Prejuízo) líquido básico/diluído por ação ordinária	22.1	1,06451	1,75595	(0,29695)	0,48917

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	210.206	346.743	(58.637)	96.594
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	1.436.450	1.436.450	226.257	226.257
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	10.548	10.548	4.258	4.258
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	(491.980)	(491.980)	(78.375)	(78.375)
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	25.656	14.189	(31.440)	5.794
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	(8.724)	(4.825)	10.690	(1.970)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	1.182.156	1.311.125	72.753	252.558

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital				Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.079.525	-	2.267.883	547	(2.217.271)	196.766	171.137	470.629	-	3.969.216
<u>Resultado abrangente total:</u>										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	96.594	96.594
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	-	230.515	-	-	-	-	230.515
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(78.375)	-	-	-	-	(78.375)
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	5.794	-	-	-	-	5.794
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(1.970)	-	-	-	-	(1.970)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>										
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(470.629)	-	(470.629)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(53.345)	-	-	-	53.345	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	18.137	-	-	-	(18.137)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	3.079.525	-	2.267.883	547	(2.096.515)	196.766	171.137	-	131.802	3.751.145
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	-	2.267.883	547	(3.776.643)	196.766	171.137	759.823	-	2.699.038
<u>Resultado abrangente total:</u>										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	346.743	346.743
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	-	1.446.998	-	-	-	-	1.446.998
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(491.980)	-	-	-	-	(491.980)
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	14.189	-	-	-	-	14.189
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(4.825)	-	-	-	-	(4.825)
<u>Transações com os acionistas:</u>										
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(171.137)	-	-	(171.137)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>										
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(759.823)	-	(759.823)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(50.993)	-	-	-	50.993	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	17.338	-	-	-	(17.338)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	3.079.525	-	2.267.883	547	(2.845.916)	196.766	-	-	380.398	3.079.203

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	346.743	96.594
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	344.413	332.564
Variações monetárias	(9.111)	32.707
Variações cambiais - instrumento derivativo	66.246	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(203.658)	(17.185)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	155.129	244.682
Provisões para processos judiciais e outros riscos	131.408	47.657
Atualização acordo Eletrobras	17.652	30.134
Custo de empréstimos e debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	116.335	152.942
Juros sobre obrigações de arrendamento	8.570	10.625
Juros sobre operação com instrumento derivativo	5.113	(66.064)
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	61.881	-
Benefícios pós-emprego	237.913	223.532
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(577)	(792)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	26.462	16.647
Tributos e contribuições sociais diferidos	147.631	54.285
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(183.626)	(50.494)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	532	(22.127)
Outros tributos compensáveis	142.274	(2.325.728)
Almoxarifado	21.929	(17.873)
Serviços em curso	(44.129)	(2.741)
Contas a receber - acordos	(8.760)	(95.088)
Despesas pagas antecipadamente	(23.211)	(15.248)
Outros créditos	(93.489)	(98.228)
Ativo financeiro setorial	(337.922)	(192.686)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(417.213)	(228.006)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.043	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	196.178	2.291.718
Outros tributos a pagar	(42.146)	32.623
Obrigações sociais e trabalhistas	(6.016)	(14.929)
Encargos setoriais	48.351	4.949
Outras obrigações	21.825	48.845
Passivo financeiro setorial	(221.346)	127.568
	528.424	600.883
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(37.775)	(90.970)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(8.570)	(10.852)
Pagamento de juros de operações com derivativo	1.657	(2.986)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(22.088)	(6.098)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(402.875)	(331.001)
Pagamento de processos judiciais e outros	(92.254)	(51.679)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(361.112)	(351.683)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(783)	78
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(395.376)	(244.308)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(611.644)	(442.171)
Consumidores participação financeira	58.943	25.062
Aplicações em investimento de curto prazo	(34.065)	(66.513)
Resgates de investimento de curto prazo	35.251	34.013
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(15.924)	(82.034)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	21.509	4.573
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(545.930)	(527.070)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.269.000	859.997
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(2.021.208)	(223.329)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(27.655)	-
Amortizações de operação com instrumento derivativo	108.147	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	(32.943)	(27.953)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(513.137)	(100.000)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	(217.796)	508.715
Variação no caixa líquido da Companhia	(1.159.102)	(262.663)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.095.811	1.280.195
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	936.709	1.017.532

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020
1. RECEITAS	13.173.168	10.721.111
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	13.327.799	10.965.217
Fornecimento de energia elétrica	5.150.325	4.911.162
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	6.095.077	5.170.326
Outras receitas	1.442.698	397.059
Receita relativa à construção de ativos próprios	639.699	486.670
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(154.631)	(244.106)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(7.302.813)	(5.998.173)
Materiais	(343.971)	(301.381)
Outros custos operacionais	(50.488)	(57.448)
Custo da energia comprada e transmissão	(6.216.108)	(5.139.645)
Serviços de terceiros	(692.246)	(499.699)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	5.870.355	4.722.938
4. RETENÇÕES	(344.413)	(332.564)
Depreciação e amortização	(344.413)	(332.564)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.525.942	4.390.374
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	258.847	111.197
Receitas financeiras	258.847	111.197
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.784.789	4.501.571
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.784.789	4.501.571
Empregados (Colaboradores)	412.404	378.150
Salários e encargos	293.873	215.170
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	20.539	36.216
Benefícios	83.202	106.189
FGTS	14.790	20.575
Tributos (Governo)	4.351.315	3.627.078
Federais	564.522	440.098
Imposto de renda e contribuição social	180.644	54.285
COFINS	274.084	273.782
PIS	59.430	59.354
INSS	33.957	36.016
Encargos sociais - Outros	16.407	16.661
Estaduais	2.080.092	1.885.278
ICMS	2.075.635	1.881.412
Outros	4.457	3.866
Municipais	17.737	21.894
ISS	73	87
IPTU	17.628	21.773
Outros	36	34
Encargos setoriais	1.688.964	1.279.808
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.183.040	1.119.775
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	77.537	64.510
Encargos do consumidor - PROINFA	48.941	50.168
Encargos do consumidor - CCRBT	369.492	35.879
Taxa de fiscalização - ANEEL	9.954	9.476
Remuneração de capitais de terceiros	674.327	399.749
Juros	666.955	395.323
Aluguéis	7.372	4.426
Remuneração de capitais próprios	346.743	96.594
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(33.655)	(35.208)
Lucros retidos	380.398	131.802

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de Companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil adota o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia termine.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

Ao término do primeiro semestre de 2021, a Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, substancialmente explicado pela crise financeira, deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da persistência da pandemia da COVID-19. Com base no agravamento da pandemia no Brasil, diversos estados e municípios intensificaram políticas de distanciamento social, culminando no fechamento de diversos setores da economia ao longo do primeiro semestre de 2021.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determina a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais). Tal impedimento perdurará até 30 de setembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) não impede e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até dezembro de 2021 com

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais:

- Fechamento das lojas: exigido reforço nos canais de atendimento eletrônico e telefônico;
- Fechamento de postos de arrecadação: impedido o corte e cobrança de juros de multas de unidades afetadas;
- Impedimento de realização de leitura presencial: definido pelo faturamento pela média, afastada devolução em dobro;
- Impossibilidade de envio da fatura impressa: impedido o corte por inadimplência e permitido o envio por outras vias.

Tais medidas vigorarão até 30 de setembro de 2021, podendo ser prorrogada ou antecipada conforme evolução do cenário de pandemia no Brasil.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da Conta-Covid.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir do respectivo processo tarifário de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. No caso da Companhia, o encargo anual é do valor de R\$ 556.620.568,42, definido por meio do Despacho nº 939/2021. A CEEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Perspectiva econômico-financeiro

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

Em 27 de julho de 2021, a Diretoria Executiva autorizou a emissão das presentes informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2021 de acordo com o CPC 21 R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente essas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.3 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Todos os valores apresentados nestas informações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 23 de fevereiro de 2021, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

3.1 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional de contabilidade IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores, através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. O *International Accounting Standards Board* (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

3.2 Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

A segunda fase da Reforma do Referencial de Taxa de Juros foi publicada pelo IASB, finalizando sua resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações visam auxiliar as entidades a fornecerem aos investidores informações úteis sobre os efeitos da reforma em suas demonstrações financeiras.

As principais alterações nesta fase final podem ser resumidas da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2.1 Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:

Como expediente prático, a entidade deve aplicar o parágrafo B5.4.5 do CPC 48 para considerar essa mudança e atualizar a taxa de juros efetiva do ativo ou passivo financeiro. Para fins deste expediente prático, uma mudança é resultante da reforme se:

- necessária em consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base imediatamente anterior.

Se houver outras mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais, a entidade deve aplicar primeiro o expediente prático e depois os outros requerimentos do CPC 48.

3.2.2 Requisitos de *hedge accounting*

Quando a entidade deixar de aplicar as alterações introduzidas pela fase 1 do projeto para uma relação de *hedge*, ela deverá aplicar as seguintes exceções à respectiva relação de *hedge*:

- a entidade deve atualizar a designação formal da relação de *hedge* para refletir as mudanças da reforma. Essa alteração precisa ser feita ao final do período do reporte e não resulta na descontinuidade da contabilização de *hedge* ou na designação de uma nova relação de *hedge*;
- quando um item protegido de um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças da reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa deve ser baseado na taxa de referência alternativa pela qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados. Uma exceção similar é concedida para uma relação de *hedge* de fluxo de caixa cuja contabilização de *hedge* foi descontinuada;
- quando um grupo de itens é designado como item protegido e um item deste grupo é alterado para refletir as mudanças da reforma, a entidade deve separar os itens protegidos em subgrupos com base na taxa de referência que está sendo protegida, e designar a taxa de referência para cada subgrupo como risco protegido. A entidade deve avaliar cada subgrupo separadamente para determinar se o subgrupo é elegível para ser um item protegido. Se um subgrupo não for elegível para ser um item protegido, a contabilização de *hedge* deve ser descontinuada prospectivamente em sua totalidade.
- se uma entidade possui expectativa razoável de que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável em um período de 24 meses, a entidade pode designar a referida taxa como um componente de risco não especificado contratualmente, mesmo que não seja separadamente identificável na data de designação.
- ao realizar uma avaliação retrospectiva da efetividade do *hedge* de acordo com o CPC 38, a entidade pode, novamente, determinar as alterações de valor justo acumuladas do item protegido e do instrumento de *hedge* para zero imediatamente após deixar de aplicar a concessão da fase 1 do projeto. Esta exceção pode ser aplicada individualmente por cada *hedge*.

3.2.3 Divulgações

Para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam os efeitos da reforma sobre os instrumentos financeiros e na estratégia de gestão de riscos da entidade, as divulgações adicionais podem ser necessárias:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- como a entidade gerencia a transição para taxas de referência alternativas, incluindo informações sobre os riscos aos quais está exposta devido à transição e o estágio da transição na data das demonstrações financeiras;
- informações quantitativas sobre instrumentos financeiros indexados por taxas de referência a serem substituídas devido à reforma no final do período de reporte;
- a extensão em que sua estratégia de gestão de riscos foi alterada devido aos riscos identificados na transição.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>	Nota	30.06.2021	31.12.2020
Numerário disponível		6.418	25.400
Numerário em trânsito		130.304	106.415
CDB-DI	4.1	799.987	1.963.996
Total		936.709	2.095.811

<u>Investimentos de curto prazo:</u>		30.06.2021	31.12.2020
CDB-DI	4.2	38.582	38.940
Total		38.582	38.940
Total geral		975.291	2.134.751

- 4.1 Os pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos e de dividendos realizados no semestre findo em 30 de junho de 2021 impactaram na redução de equivalentes de caixa.
- 4.2 O saldo de R\$ 38.582 está principalmente relacionado, pela decisão judicial mencionada na nota explicativa nº 17.2, que determinou o bloqueio de parte dos investimentos da Companhia.

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	30.06.2021
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	468.808	467.739	131.371	197.896	771.120	2.036.934	(782.807)	1.254.127
Industrial	48.383	25.486	3.856	7.374	59.503	144.602	(52.816)	91.786
Comercial	204.269	54.251	13.598	20.379	77.572	370.069	(91.129)	278.940
Rural	230	139	12	15	150	546	(167)	379
Poderes públicos	38.703	3.668	2.862	825	2.030	48.088	(1.562)	46.526
Iluminação pública	4.012	405	270	137	26	4.850	(155)	4.695
Serviço público	40.847	271	29	49	48	41.244	(313)	40.931
Serviço cobráveis	378	281	176	5	6	846	(176)	670
Encargos de uso da rede	3.745	-	-	21	113	3.879	-	3.879
Fornecimento não faturado	959.555	-	-	-	-	959.555	(7.495)	952.060
Participação financeira do consumidor	123	877	3.714	104	198	5.016	-	5.016
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	24.537	-	-	-	-	24.537	-	24.537
TOTAL - CIRCULANTE	1.793.590	553.117	155.888	226.805	910.766	3.640.166	(936.620)	2.703.546
NÃO CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	24.079	(170)	23.909
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	24.079	24.079	(170)	23.909
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.793.590	553.117	155.888	226.805	934.845	3.664.245	(936.790)	2.727.455

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2020
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	492.576	447.276	133.132	143.691	763.587	1.980.262	(810.889)	1.169.373
Industrial	52.728	32.655	5.290	8.768	63.502	162.943	(51.620)	111.323
Comercial	226.688	68.721	14.667	24.899	69.259	404.234	(84.871)	319.363
Rural	253	149	27	60	127	616	(186)	430
Poderes públicos	37.452	9.846	609	562	1.974	50.443	(762)	49.681
Iluminação pública	3.314	1.027	13	15	14	4.383	(27)	4.356
Serviço público	39.716	414	3	2	90	40.225	(181)	40.044
Serviço cobráveis	235	601	100	5	6	947	(102)	845
Encargos de uso da rede	3.679	-	10	134	-	3.823	-	3.823
Fornecimento não faturado	894.754	-	-	-	-	894.754	(7.095)	887.659
Participação financeira do consumidor	3.942	89	63	94	198	4.386	-	4.386
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	30.090	-	-	-	-	30.090	-	30.090
TOTAL - CIRCULANTE	1.785.427	560.778	153.914	178.230	898.757	3.577.106	(955.733)	2.621.373
NÃO CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.785.427	560.778	153.914	178.230	922.836	3.601.185	(955.913)	2.645.272

6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Consumidores		783.540	793.959
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(314.174)	(277.082)
Saldo líquido de PECLD		469.366	516.877
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores		19.642	15.134
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(6.138)	(2.979)
Saldo líquido de PECLD		13.504	12.155
Total circulante + não circulante		482.870	529.032

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, geradas principalmente em função da deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19.

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 30.06.2021
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	327.500	103.283	372.399	803.182
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(27.860)	(22.624)	(269.828)	(320.312)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	299.640	80.659	102.571	482.870

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	Provisões	Perda	Saldo final 30.06.2021
Consumidores	5	(955.913)	(101.443)	120.566	(936.790)
Contas a receber - acordos	6	(280.061)	(54.922)	14.671	(320.312)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(7.470)	2.030	670	(4.770)
Outros créditos		(4.464)	(794)	-	(5.258)
Total		(1.247.908)	(155.129)	135.907	(1.267.130)
Circulante		(1.244.749)			(1.260.822)
Não circulante		(3.159)			(6.308)
Total		(1.247.908)			(1.267.130)

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2019	(Provisões)/ reversões	Perda	Saldo final 30.06.2020
Consumidores	(911.380)	(203.182)	75.121	(1.039.441)
Contas a receber - acordos	(224.694)	(39.415)	5.534	(258.575)
Outros créditos - Multa rescisão contratual	(3.939)	(660)	731	(3.868)
Outros créditos	(1.543)	(1.425)	-	(2.968)
Total	(1.141.556)	(244.682)	81.386	(1.304.852)
Circulante	(1.139.644)			(1.302.633)
Não circulante	(1.912)			(2.219)
Total	(1.141.556)			(1.304.852)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2021	30.06.2020
(Provisão)/Reversão	(155.129)	(244.682)
Receita com recuperação de perdas	498	576
	(154.631)	(244.106)

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo a retomada do corte de fornecimento de energia. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Contribuição social		13.319	12.321
Imposto de renda		34.500	34.317
Imposto de renda retido na fonte	8.1	27.985	6.858
Total		75.804	53.496
Outros tributos compensáveis			
CIRCULANTE			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	811.520	781.381
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		105.647	101.178
ICMS - Compra de créditos		1.089	1.500
COFINS		29.313	26.327
PIS		7.599	6.948
INSS		60	60
Total		955.228	917.394
NÃO CIRCULANTE			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	5.924.357	6.107.700
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		72.676	69.441
Total		5.997.033	6.177.141
Total		6.952.261	7.094.535

- 8.1 O aumento nos períodos apresentados deve-se, principalmente, pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2021.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	2.047.277	2.655.884
Benefício fiscal das incorporações	9.3	1.973.167	2.008.996
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		4.020.444	4.664.880

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Nota	Balanço patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	1.539.190	2.121.758	(94.175)	(42.870)	(488.393)	(76.927)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	300.851	297.500	3.351	7.107	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	77.674	80.850	(3.176)	25.956	-	-
Provisão para materiais e serviços	56.770	34.101	22.669	6.364	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	782.052	807.151	(25.099)	22.730	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	41.386	82.773	(41.387)	(41.386)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	49.174	52.687	(3.513)	(3.513)	-	-
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)	23.592	-	23.592	(654)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	35.067	37.513	1.141	1.417	(3.587)	(1.448)
Arrendamento mercantil CPC 06	7.009	2.594	4.415	613	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	(3.491)	1.334	-	-	(4.825)	(1.970)
Outros	40.832	27.900	12.932	(8.732)	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	2.950.106	3.546.161	(99.250)	(32.868)	(496.805)	(80.345)
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	21.5	(366.694)	(384.032)	17.338	18.137	-
Atualização do ativo financeiro da concessão		(466.962)	(397.719)	(69.243)	(5.926)	-
Atualização monetária de depósitos judiciais		(45.013)	(43.630)	(1.383)	1.862	-
Swap		-	(40.900)	40.900	-	-
Outros		(24.160)	(23.996)	(164)	342	-
Total dos tributos diferidos passivos		(902.829)	(890.277)	(12.552)	14.415	-
Ativo fiscal diferido, líquido		2.047.277	2.655.884			
				(111.802)	(18.453)	(496.805)
				(35.829)	(35.832)	
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos				(147.631)	(54.285)	

Realização do benefício fiscal das incorporações

Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos

9.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	30.06.2021			31.12.2020
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(201.745)	133.152	(68.593)	(60.972)
Subtotal	313.825	(207.123)	106.702	114.323
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(120.544)	79.559	(40.985)	(36.431)
Subtotal	187.514	(123.760)	63.754	68.308
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	1.881.558
Amortização acumulada	(228.830)	149.983	(78.847)	(55.193)
Subtotal	5.921.487	(4.118.776)	1.802.711	1.826.365
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.422.826	(4.449.659)	1.973.167	2.008.996

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	30.06.2021	30.06.2020
Saldo inicial	4.664.880	4.327.475
Impacto no resultado do exercício	(147.631)	(54.285)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(496.805)	(80.345)
Saldo final	4.020.444	4.192.845

A Companhia estima que os saldos em 30 de junho de 2021, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
Ativo contratual	10.1	855.655	545.741
Ativo financeiro da concessão	10.2	5.608.271	5.247.418
Intangível			
Ativo intangível da concessão	10.3	3.795.310	3.959.599
Total dos contratos de concessão público - privado		10.259.236	9.752.758

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 27) a uma taxa média de 13,36% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2021 (4,88% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2020), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2019		590.439	(123.876)	466.563
Adições		511.732	(25.062)	486.670
Transferências para intangível da concessão	10.3	(109.329)	5.082	(104.247)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(158.015)	11.201	(146.814)
Saldos em 30 de junho de 2020		834.827	(132.655)	702.172
Saldos em 31 de dezembro de 2020		687.915	(142.174)	545.741
Adições		698.642	(58.943)	639.699
Transferências para intangível da concessão	10.3	(170.640)	6.484	(164.156)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(182.832)	17.203	(165.629)
Saldos em 30 de junho de 2021		1.033.085	(177.430)	855.655

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	30.06.2021	30.06.2020
Saldo inicial		5.247.418	4.532.124
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	165.629	146.814
Baixas	25	(8.434)	(4.053)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	203.658	17.185
Saldo final		5.608.271	4.692.070

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	30.06.2021	31.12.2020
Ativo intangível - custo	8.120.534	8.015.392
Amortização acumulada	(4.325.224)	(4.055.793)
Total do ativo intangível da concessão	3.795.310	3.959.599

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2019		8.701.147	(941.106)	7.760.041	(3.519.535)	4.240.506
Adições		2.014	-	2.014	(332.525)	(330.511)
Baixas		(49.499)	-	(49.499)	36.905	(12.594)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	30.564	30.564
Transferências do ativo contratual	10.1	109.329	(5.082)	104.247	-	104.247
Saldos em 30 de junho de 2020		8.762.991	(946.188)	7.816.803	(3.784.591)	4.032.212
Saldos em 31 de dezembro de 2020		8.972.766	(957.374)	8.015.392	(4.055.793)	3.959.599
Adições		1.578	-	1.578	(349.956)	(348.378)
Baixas		(60.592)	-	(60.592)	48.878	(11.714)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	31.647	31.647
Transferências do ativo contratual	10.1	170.640	(6.484)	164.156	-	164.156
Saldos em 30 de junho de 2021		9.084.392	(963.858)	8.120.534	(4.325.224)	3.795.310

11. Ativo e passivo financeiro setorial

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2020	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Transferências	Saldos em 30.06.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
										Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais													
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA	872.776	1.025.187	(596)	(445.902)	23.436	(401)	1.474.500	156.866	1.317.634	1.317.633	364.029	(19.016)	(188.146)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	891.362	498.987	-	-	12.702	(1.180.187)	222.864	222.864	-	-	251.733	-	(28.869)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(4.770)	27.158	(4.601)	-	452	7.941	26.180	-	26.180	26.180	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	(16.553)	13.544	5.554	-	1.064	-	3.609	660	2.949	2.949	660	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	14.710	13.168	4.581	-	554	-	33.013	4.683	28.330	28.330	4.683	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.515	38.850	(44.523)	-	2.639	(8.783)	24.698	(20.719)	45.417	45.417	-	-	(20.719)
Custos de Aquisição de Energia	(185.821)	222.532	69.220	(226.691)	10.238	1.180.628	1.070.106	(130.673)	1.200.779	1.200.778	26.902	(19.016)	(138.558)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	137.333	210.948	(30.827)	(219.211)	(4.213)	-	94.030	80.051	13.979	13.979	80.051	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(849.885)	(333.464)	296.967	-	(6.360)	401	(892.341)	(168.847)	(723.494)	216.694	26.954	(867.340)	(268.649)
Neutralidade da Parcela A	44.619	(9.784)	(57.484)	-	(19)	401	(22.267)	-	(22.267)	-	-	(22.267)	-
Sobrecontratação de energia	106.709	68.519	61.786	-	2.539	-	239.553	26.954	212.599	212.599	26.954	-	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(182.119)	-	36.424	-	-	-	(145.695)	-	(145.695)	-	-	(72.847)	(72.848)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(131.769)	(35.578)	-	-	(1.989)	-	(169.336)	(169.336)	-	-	-	-	(169.336)
Risco hidrológico	(681.469)	(379.101)	295.197	-	(6.853)	-	(772.226)	-	(772.226)	-	-	(772.226)	-
Outros	(5.856)	22.480	(38.956)	-	(38)	-	(22.370)	(26.465)	4.095	4.095	-	-	(26.465)
Total	22.891	691.723	296.371	(445.902)	17.076	-	582.159	(11.981)	594.140	1.534.327	390.983	(886.356)	(456.795)
Ativo (passivo) financeiro setorial													

11.1 O aumento no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente ao aumento da taxa de câmbio (dólar médio), que no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 5,26, enquanto o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,25.

11.2 O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pelo aumento do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas hidroelétricas no período, combinado com um aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças)

11.3 O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2019	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Saldos em 30.06.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais												
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA	1.551.242	549.726	(744.192)	(98.020)	23.198	1.281.954	259.802	1.022.152	1.435.142	407.975	(427.031)	(134.132)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	455.850	691.160	-	-	9.603	1.156.613	356.800	799.813	799.813	363.310	-	(6.510)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	13.945	(37.326)	(11.954)	-	(256)	(35.591)	-	(35.591)	-	-	(35.591)	-
Transporte de energia pela rede básica	92.360	1.376	(33.513)	-	1.524	61.747	(16.256)	78.003	78.003	-	-	(16.256)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	25.644	10.019	(9.658)	-	416	26.421	4.021	22.400	22.400	4.021	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	192.433	167.326	(142.425)	-	5.220	222.554	2.662	219.892	219.892	2.662	-	-
Custos de Aquisição de Energia	1.160.833	(56.447)	(796.279)	(98.020)	13.050	223.137	(91.897)	315.034	315.034	33.510	(14.041)	(111.366)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(389.823)	(226.382)	249.637	-	(6.359)	(372.927)	4.472	(377.399)	-	4.472	(377.399)	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(978.593)	26.120	309.330	-	(1.044)	(644.187)	110.387	(754.574)	243.177	159.138	(787.320)	(259.182)
Neutralidade da Parcela A	34.761	124.971	-2.353	-	2.490	164.575	-	164.575	164.575	-	-	-
Sobrecontratação de energia	(258.568)	180.401	114.082	-	(2.189)	33.726	159.138	(125.412)	-	159.138	(125.412)	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(254.967)	-	36.424	-	-	(218.543)	64.736	(283.279)	-	-	(72.848)	(145.695)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(64.736)	(32.126)	-	-	(1.452)	(98.314)	(98.314)	-	-	-	-	(98.314)
Risco hidrológico	(500.361)	(280.735)	199.229	-	(7.193)	(589.060)	-	(589.060)	-	-	(589.060)	-
Outros	65.278	33.609	(42.758)	-	7.300	63.429	(15.173)	78.602	78.602	-	-	(15.173)
Total	572.649	575.846	(434.862)	(98.020)	22.154	637.767	370.189	267.578	1.678.319	567.113	(1.214.351)	(393.314)
Ativo (passivo) financeiro setorial									1.678.319	567.113	(1.214.351)	(393.314)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 31.1.1.

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Itaipu		430.179	611.031
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.1	231.381	481.984
Suprimento de energia elétrica		610.505	612.558
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	29.1	3.604	3.563
Energia livre		63.171	62.380
Encargos de uso de rede elétrica		305.662	348.766
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	29.1	1.116	1.209
Total energia		1.645.618	2.121.491
Materiais e serviços		415.024	300.310
Materiais e serviços - partes relacionadas	29.1	116.428	83.906
Total Fornecedores		2.177.070	2.505.707

12.1 A redução do saldo a pagar no âmbito da CCEE está principalmente relacionada à melhora do cenário hidrológico, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.

13. Tributos a pagar

	30.06.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar:		
CIRCULANTE		
Imposto de renda	16.818	-
Contribuição social	6.225	-
Total	23.043	-
Outros tributos a pagar:		
CIRCULANTE		
Tributos Federais		
PIS	8.585	10.408
COFINS	39.542	47.942
INSS	8.937	9.258
IRRF	4.147	950
Outros	5.052	7.033
Subtotal - Federais	66.263	75.591
Tributos Estaduais		
ICMS	405.994	439.306
Subtotal - Estaduais	405.994	439.306
Tributos Municipais		
ISS	1.711	1.217
Subtotal - Municipais	1.711	1.217
Total - Outros tributos a pagar	473.968	516.114

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado, com exceção das debêntures - 24ª emissão (2ª série), 25ª emissão e do empréstimo de 4131 IV com o BNP que são registrados pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

		30.06.2021								
		Circulante				Não Circulante				Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva a.a (%) ⁽ⁱⁱ⁾	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:										
Moeda nacional										
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	61	12.455	-	12.516	25.134	-	25.134	37.650
BNP 4131 IV - ELETROPAULO - a.6	2024	BRL + 8,41% a.a.	-	-	-	-	296.722	-	296.722	296.722
Total - Moeda nacional			61	12.455	-	12.516	321.856	-	321.856	334.372
Moeda estrangeira										
BNP 4131 II - ELETROPAULO - a.1	2024	USD + 1,71% a.a.	1.171	-	-	1.171	217.650	-	217.650	218.821
CITIBANK 4131 - a.2	2021	USD + 1,40% a.a.	938	283.443	-	284.381	-	-	-	284.381
BNP 4131 III - ELETROPAULO - a.3	2024	USD + 1,97% a.a.	1.633	-	-	1.633	413.534	-	413.534	415.167
SCOTIABANK 4131 II - ELETROPAULO - a.5	2025	USD + 2,31% a.a.	549	-	-	549	195.001	-	195.001	195.550
Total - Moeda estrangeira			4.291	283.443	-	287.734	826.185	-	826.185	1.113.919
Total - Empréstimos e financiamentos			4.352	295.898	-	300.250	1.148.041	-	1.148.041	1.448.291
Debêntures:										
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	6.853	704.052	(321)	710.584	-	-	-	710.584
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	13.936	-	-	13.936	1.395.947	(3.474)	1.392.473	1.406.409
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16	3.768	-	-	3.768	700.000	(7.671)	692.329	696.097
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (iii) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	4.291	-	-	4.291	906.551	(15.958)	890.593	894.884
Debêntures - 25ª Emissão - a.4	2031	100% do IPCA+4,26%	5.094	-	-	5.094	764.786	(27.655)	737.131	742.225
Total - Debêntures			33.942	704.052	(321)	737.673	3.767.284	(54.758)	3.712.526	4.450.199
Total da dívida			38.294	999.950	(321)	1.037.923	4.915.325	(54.758)	4.860.567	5.898.490
		31.12.2020								
		Circulante				Não Circulante				Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva a.a (%) ⁽ⁱⁱ⁾	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:										
Moeda nacional										
FINEP 2 (i)	2024	TJLP+5,00	76	12.071	-	12.147	31.468	-	31.468	43.615
FUNCESP - Empréstimo financeiro	2028	IPCA + 5,22%	-	336.109	-	336.109	582.014	-	582.014	918.123
Total - Moeda nacional			76	348.180	-	348.256	613.482	-	613.482	961.738
Moeda estrangeira										
Tokio 4131	2021	Dólar + 1,48	789	168.893	-	169.682	-	-	-	169.682
Scotiabank 4131	2021	Dólar + 1,65	1.121	265.973	-	267.094	-	-	-	267.094
BNP	2021	Dólar + 2,96	2.704	450.494	-	453.198	-	-	-	453.198
Total - Moeda estrangeira			4.614	885.360	-	889.974	-	-	-	889.974
Total - Empréstimos e financiamentos			4.690	1.233.540	-	1.238.230	613.482	-	613.482	1.851.712
Debêntures:										
Debêntures - 14ª emissão	2021	CDI+2,62	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	2021	111,02% do CDI	4.282	704.052	(1.039)	707.295	-	-	-	707.295
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	2023	112,85% do CDI	8.707	-	-	8.707	1.395.948	(4.354)	1.391.594	1.400.301
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	2025	100% do CDI+1,16	2.385	-	-	2.385	700.000	(8.632)	691.368	693.753
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (iii)	2026	100% do IPCA+5,05%	4.237	-	-	4.237	928.342	(17.253)	911.089	915.326
Total - Debêntures			19.611	704.052	(1.039)	722.624	3.024.290	(30.239)	2.994.051	3.716.675
Total da dívida			24.301	1.937.592	(1.039)	1.960.854	3.637.772	(30.239)	3.607.533	5.568.387

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) A 24ª debêntures 2ª série, 25ª debêntures e o empréstimo IV com o BNP são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado, tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 31.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para o contrato com a FINEP, a Companhia possui 5 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 996.060, com taxas contratuais que variam de 0,50% a 1,34%a.a.

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2021:

Referência	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	BNP 4131 II	R\$ 250.000	março de 2021	Dólar + 1,71% a.a.	Semestral	R\$ 250.000	março de 2024	Reforço de capital de giro
a.2	CITIBANK 4131	R\$ 325.000	Abril de 2021	USD + 1,40% a.a.	Bullet	R\$ 325.000	outubro de 2021	Reforço de capital de giro
a.3	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97% a.a.	Semestral	R\$ 475.000	abril de 2024	Reforço de capital de giro
a.4	DEBÊNTURES - 25ª EMISSÃO	R\$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	R\$ 245.060 R\$ 245.059 R\$ 240.048	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
a.5	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Maior de 2021	USD + 2,31% a.a.	Semestral	R\$ 209.000	maio de 2025	Reforço de capital de giro
a.6	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a	Semestral	R\$ 290.000	junho de 2024	Reforço de capital de giro

(a.1) Em 5 de março de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 44.014, correspondente ao valor de R\$ 250.000 com desembolso em 9 de março de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,71%a.a. e vencimento final em 11 de março de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.2) Em 5 de abril de 2021 foi contrato um empréstimo em moeda estrangeira com o Citibank no valor de US\$ 57.319, correspondente ao valor de R\$ 325.000 com desembolso em 06 de abril de 2021, com juros e amortização a serem pagos no final do contrato a uma taxa fixa de 1,40%a.a. e vencimento em 6 de outubro de 2021. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de "dólar venda" para CDI + 0,97% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.3) Em 14 de abril de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 83.626, correspondente ao valor de R\$ 475.000 com desembolso em 19 de abril de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,97%a.a. e vencimento final em 19 de abril de 2024. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 0,98% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.4) Em 19 de março de 2021 a Companhia fechou a proposta da 25ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 720.000, com desembolso em 30 de abril de 2021, a uma taxa de IPCA + 4,26% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2031. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 4,26% a.a. para CDI + 0,93% a.a. O swap tem vigência com início em 30 de abril de 2021 e vencimento em 15 de abril de 2031.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a.5) Em 15 de maio de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$39.433, correspondente ao valor de R\$ 209.000 com desembolso em 17 de maio de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,31%a.a. e vencimento final em 20 de maio de 2025. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,25% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.6) Em 24 de junho de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda interna com o BNP Paribas no valor de R\$ 290.000 com desembolso em 30 de junho de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 8,41%a.a. e vencimento final em 28 de junho de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "taxa fixa" para CDI + 0,68% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o semestre findo em 30 de junho de 2021:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	TOKIO 4131	R\$ 215.000	março de 2020	Dólar + 1,36% a.a.	Única	R\$ 149.997	março de 2021	Reforço de capital de giro
b.2	SCOTIABANK 4131	R\$ 260.000	março de 2020	Dólar + 1,65% a.a.	Semestral	R\$ 260.000	março de 2021	Reforço de capital de giro
b.3	BNP 4131	R\$ 450.000	Abril de 2020	USD + 2,96% a.a.	Semestral	R\$ 450.000	abril de 2021	Reforço de capital de giro
b.4	FUNCESP	R\$ 918.123	Dezembro de 2020	IGP-DI + 5,22%	Trimestral	Trimestral à partir de março/21	maio de 2021	Saladamento parcial do plano de benefícios BD

(b.4) Em 03 de maio de 2021, a Companhia realizou o pré-pagamento total da operação com a FUNCESP com o objetivo de reduzir seu custo financeiro. Essa dívida era indexada ao IGP-DI com spread de 5,22% a.a. A liquidação foi realizado a preço de curva, sem incidência de prêmio ou taxas extras, conforme disposições contratuais.

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 30 de junho de 2021:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 800.000	maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO (1ª série)	R\$ 704.052	setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas
	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de 2022 setembro de 2023	
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R\$ 41.448	novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	

14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.788.533	47,58	2.787.014	50,26
TJLP	37.589	0,64	43.539	0,79
Taxa fixa	296.722	5,06	-	0,00
IPCA	1.627.724	27,78	1.829.212	32,98
Moeda estrangeira				
Dólar	1.109.628	18,94	885.360	15,97
Total	5.860.196	100,00	5.545.125	100,00

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui operações com derivativo (swap) para troca de indexação de IPCA para CDI e dólar para CDI. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.4 Em 30 de junho de 2021, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2022	6.535	697.974	(7.065)	697.444
2023	13.780	697.974	(12.001)	699.753
2024	932.725	350.000	(9.657)	1.273.068
2025	195.001	350.000	(8.209)	536.792
2026	-	906.551	(4.498)	902.053
2027 em diante	-	764.785	(13.328)	751.457
	1.148.041	3.767.284	(54.758)	4.860.567

14.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	30.06.2021
	%
CDI (*)	4,15
SELIC (*)	4,15
TJLP (*)	4,50
IPCA (**)	3,77
Dólar (*)	5,00

(*) Índice do último dia do semestre.

(**) Índice acumulado até a data base 30.06.2021.

14.6 Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Saldo inicial	Efeito caixa				Efeito não caixa						Saldo final
	Atividade de financiamento			Atividade operacional	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
	Ingressos	Pagamentos principal	Diferimento custos de transação	Pagamento de encargos financeiros							
31.12.2020											30.06.2021
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP	43.615	-	(7.313)	-	(792)	-	780	-	-	-	1.360
FUNCESP - Empréstimo financeiro	918.123	-	(1.018.416)	-	(10.099)	67.325	13.021	-	-	-	30.046
Tokio Bank	169.682	-	(184.828)	-	(1.374)	-	492	-	16.028	-	-
SCOTIABANK	267.094	-	(295.018)	-	(2.461)	-	1.173	-	29.212	-	-
BNP	453.198	-	(488.298)	-	(7.319)	-	4.338	-	38.082	-	-
BNP II	-	250.000	-	-	-	-	1.254	-	(32.433)	-	-
CITIBANK 4131	-	325.000	-	-	-	-	980	-	(41.599)	-	284.381
BNP 4131 III	-	475.000	-	-	-	-	1.694	-	(61.527)	-	415.167
SCOTIABANK 4131 III	-	208.000	-	-	-	-	559	-	(14.009)	-	195.550
BNP 4131 IV	-	290.000	-	-	-	-	-	6.722	-	-	286.722
Total - Empréstimos e financiamentos	1.851.712	1.548.000	(1.993.874)	-	(22.045)	67.325	24.291	6.722	(66.246)	-	31.406
Debêntures:											
Debêntures - 23ª emissão	2.107.596	-	-	-	(21.518)	-	20.317	-	-	1.598	2.116.993
Debêntures - 24ª emissão	1.609.079	-	(27.334)	-	-	38.556	28.771	22.260	(82.606)	2.255	1.590.981
Debêntures - 25ª emissão	-	720.000	-	(27.655)	-	10.166	5.095	34.619	-	-	742.225
Total - Debêntures	3.716.675	720.000	(27.334)	(27.655)	(21.518)	48.722	63.183	56.879	(82.606)	3.853	4.450.199
Total da dívida	5.568.387	2.268.000	(2.021.208)	(27.655)	(43.563)	116.047	87.474	63.601	(148.852)	3.853	31.406

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda nacional	Efeito caixa				Efeito não caixa					Saldo final 30.06.2020
	Saldo inicial 31.12.2019	Atividade de financiamento		Atividade operacional	Variação monetária	Encargos financeiros	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros						
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP	56.037	-	(8.329)	(1.232)	-	1.194	-	-	1.712	49.382
Notas promissórias - 6ª emissão - a.3	218.386	-	(215.000)	(5.275)	-	1.750	-	139	-	-
Tokio Bank	-	149.997	-	-	-	738	26.867	-	-	177.602
SCOTIABANK	-	260.000	-	-	-	1.153	18.516	-	-	279.669
BNP	-	450.000	-	-	-	2.848	21.746	-	-	474.594
Total - Empréstimos e financiamentos	274.423	859.997	(223.329)	(6.507)	-	7.683	67.129	139	1.712	981.247
Debêntures:										
Debêntures - 23ª emissão	2.125.867	-	-	(53.945)	-	40.914	-	1.463	-	2.114.299
Debêntures - 24ª emissão	1.487.122	-	-	(32.393)	4.356	31.027	-	2.106	-	1.492.218
Total - Debêntures	3.612.989	-	-	(86.338)	4.356	71.941	-	3.569	-	3.606.517
Total da dívida	3.887.412	859.997	(223.329)	(92.845)	4.356	79.624	67.129	3.708	1.712	4.587.764

14.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- (i) **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido^(*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado^(**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

15. Obrigações por arrendamento

Os saldos em 30 de junho de 2021 das obrigações por arrendamento são demonstrados a seguir:

	30.06.2021	31.12.2020	Vencimento máximo	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigação por arrendamento						
Veículos e outros meios de transporte	93.789	106.254	01/02/2027	47,80	Mensal	de 4,65% a.a até 9,45% a.a
Ativos de tecnologia	4.056	8.955	31/05/2022	11,00	Mensal	6,57% a.a
Imóveis	84.593	90.300	31/10/2023	28,00	Mensal	de 2,42% a.a até 13,39% a.a
Terrenos	3.571	4.465	01/01/2024	30,00	Mensal	de 7,82% a.a até 10,32% a.a
Total - Obrigação por arrendamento	186.009	209.974				
Circulante	45.529	56.034				
Não circulante	140.480	153.940				
	186.009	209.974				

Em 30 de junho de 2021, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2021		Total
	Principal	Juros	
Até um ano - 2021	60.328	(14.799)	45.529
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	119.916	(25.899)	94.017
Até 2 anos - 2022	48.793	(11.547)	37.246
Até 3 anos - 2023	36.846	(8.484)	28.362
Até 4 anos - 2024	34.277	(5.868)	28.409
2025 em diante	50.032	(3.569)	46.463
Total circulante e não circulante	230.276	(44.267)	186.009

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

Imobilizado arrendado

	Imóveis	Ativos de tecnologia	Veículos e outros meios de transporte	Terrenos	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83.490	32.517	109.498	5.301	230.806
Remensuração	1.701	-	-	33	1.734
Amortizações	(8.418)	(11.097)	(10.403)	(684)	(30.602)
Saldo em 30 de junho de 2020	76.773	21.420	99.095	4.650	201.938
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.853	12.630	89.519	3.963	178.965
Remensuração	8.978	-	-	-	8.978
Amortizações	(8.435)	(7.406)	(9.575)	(688)	(26.104)
Saldo em 30 de junho de 2021	73.396	5.224	79.944	3.275	161.839

Obrigações por arrendamento

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 30.06.2021	
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento Amortização de principal	Atividade operacional Pagamento de juros		
Obrigações por arrendamento	209.974	8.978	8.570	(32.943)	(8.570)	186.009
Total	209.974	8.978	8.570	(32.943)	(8.570)	186.009

Saldo inicial 31.12.2019	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 30.06.2020	
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento Amortização de principal	Atividade operacional Pagamento de juros		
Obrigações por arrendamento	261.882	1.734	10.625	(27.953)	(10.851)	235.437
Total	261.882	1.734	10.625	(27.953)	(10.851)	235.437

16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2021	31.12.2020
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	4.952.007	6.586.820
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	103.139	110.332
Total obrigações com benefícios pós-emprego	5.055.146	6.697.152
Circulante	4.810	8.735
Não circulante	5.050.336	6.688.417
Total	5.055.146	6.697.152

16.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A FUNCESP administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

16.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Funcesp para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	30.06.2021	31.12.2020
Confissão de dívida IIa	424.975	390.739
Confissão de dívida IIb	220.590	202.818
Contrato de ajustes de reserva matemática	4.343.347	3.917.751
Total dos contratos	4.988.912	4.511.308
Diferença entre premissas	(36.905)	2.075.512
Total registrado	4.952.007	6.586.820

Detalhes dos contratos com a FUNCESP podem ser verificados na nota explicativa 16.1.1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

16.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

16.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, as quais estão principalmente relacionadas a pandemia (COVID-19), e seus impactos econômico-financeiros – vide nota explicativa nº 1.1. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2021, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2021, ocasionou uma redução de R\$ 1.446.998 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido

(a) Ativos e passivos atuariais

	30.06.2021
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>	
Valor presente das obrigações atuariais	13.245.513
Valor justo dos ativos do plano	(8.816.642)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	626.275
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	5.055.146

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.06.2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	14.575.895
Custo dos serviços correntes	3.549
Custo dos juros	505.061
Benefícios pagos	(536.598)
Contribuições dos empregados	43
Ganho atuarial	(1.302.437)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	13.245.513

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2021
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.878.743
Contribuição do empregador	402.876
Contribuições dos empregados	43
Benefícios pagos	(536.598)
Transferência para dívida financeira	30.045
Rendimento esperado dos ativos do plano	270.696
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	770.837
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	8.816.642

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.06.2021
Saldo inicial	6.697.152
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	-
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	3.546
Juros Líquidos conforme laudo atuarial	234.364
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(402.872)
Ajustes de avaliação atuarial	(1.446.998)
Transferência para dívida financeira	(30.046)
Saldo final	5.055.146

(e) Despesas reconhecidas no resultado nos trimestres e semestres:

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	-	-	6.413	12.824
Capitalização para infraestrutura em construção	(362)	(666)	(349)	(1.687)
Outras contribuições - Contribuição definida	1.899	3.791	1.547	2.660
Receitas (despesas) no exercício com entidade de previdência privada	1.537	3.125	7.611	13.797
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	1.961	3.734	2.049	4.099
Despesas nos trimestres e semestres com benefícios pós-emprego	3.498	6.859	9.660	17.896
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	250.663	501.326	263.835	532.002
Rendimento esperado dos ativos do plano	(135.348)	(270.696)	(160.531)	(325.393)
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	115.315	230.630	103.304	206.609
Total das Receitas (despesas) nos exercícios	118.813	237.489	112.964	224.505

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	30.06.2021
Saldo no início do exercício	(6.844.514)
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	1.302.435
Ganho atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	770.837
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(626.274)
Saldo no final do exercício	(5.397.516)

Em 30 de junho de 2021, as taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial com benefício definido e FGTS foram de 8,22%. Em 31 de dezembro de 2020 essas taxas eram de 7,22% e 7,12 para benefício definido e FGTS, respectivamente.

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não sofreram alteração.

17. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros "custo amortizado", pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no semestre findo em 30 de junho de 2021 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos judiciais - processos prováveis	309.662	299.703
Depósitos judiciais - processos possíveis	465.651	463.348
Depósitos judiciais - processos remotos	33.440	39.226
	808.753	802.277

Cartas de fiança, seguros garantia: A Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Natureza	30.06.2021	
	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	1.976.500	0,20% a 3,00%
Cível	139.322	0,20% a 2,35%
Trabalhista	263.766	0,20% a 3,25%
Regulatório	255.839	0,20% a 1,75%

17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2020	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.06.2021	Depósitos vinculados 30.06.2021	Depósitos vinculados 31.12.2020
Processos trabalhistas (a)	325.989	27.810	8.727	(33.336)	(16.047)	313.143	136.286	139.049
Processos cíveis (b)	241.378	50.393	15.310	(28.527)	(22.127)	256.427	10.840	7.352
Processos regulatórios (c)	129.612	-	1.643	-	(3.903)	127.352	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	145.211	1.593	7.649	-	-	154.453	161.971	152.741
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	71.328	-	393	-	-	71.721	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	3.990	143	102	(48)	(89)	4.098	565	561
Processos ambientais (e)	4.721	1.292	182	(1.292)	-	4.903	-	-
Outros processos	8.744	54	2	(54)	-	8.746	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	930.973	81.285	34.008	(63.257)	(42.166)	940.843	309.662	299.703
Outras provisões (f)	-	92.289	-	(28.997)	-	63.292	-	-
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	930.973	173.574	34.008	(92.254)	(42.166)	1.004.135		
Circulante						191.381		
Não circulante						812.754		
Total						1.004.135		

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.06.2020	Depósitos vinculados 30.06.2020	Depósitos vinculados 31.12.2019
Processos trabalhistas (a)	334.661	37.725	9.013	(29.136)	(16.071)	336.192	155.883	180.251
Processos cíveis (b)	246.768	33.243	10.469	(20.868)	(23.913)	245.699	6.643	8.240
Processos regulatórios (c)	119.999	10.764	2.502	-	-	133.265	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	129.805	5.947	2.113	-	-	137.865	146.172	133.068
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	70.300	-	667	-	-	70.967	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	5.355	349	88	(424)	(1.614)	3.754	559	1.108
Processos ambientais (e)	4.565	1.071	85	(1.095)	-	4.626	-	-
Outros processos	10.639	156	4	(156)	-	10.643	-	-
Total	922.092	89.255	24.941	(51.679)	(41.598)	943.011	309.257	322.667
Circulante	348.486					291.232		
Não circulante	573.606					651.779		
Total	922.092					943.011		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) **Processos trabalhistas:**

A Companhia mantém provisão para 822 processos (838 em 31 de dezembro de 2020), compostos por processos de natureza previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum, pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

b) **Processos cíveis:**

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) **Processos regulatórios:**

A Companhia possui 9 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2020) relacionados à supostas não conformidades, sendo 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 5 no âmbito judicial.

c.1) **Processos regulatórios em fase judicial:**

Auto de infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Junho 2020 - Desfavorável	20.200	9.459
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Judicialização do processo prevista para outubro de 2020	15.446	6.922
nº 0015/TN170	Mai de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	26.316	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.676	31.021
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão	17.924	51.456
Total				83.562	98.858

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

O montante de R\$ 98.858 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	17.911	-
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nivel de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.098	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.659	2.507
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	11.120	2.840
Outros				3	-
Total				43.791	5.347

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos.

Em processo regular de reavaliação de provisões, em 17 de junho de 2021, decidiu reverter a provisão do TN 245-247/2010 (Sistema de Medição de ETT's) por prescrição.

O montante de R\$ 5.347 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal ("STF"). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído até 2022. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia, mensalmente, deposita em juízo o valor em discussão.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

f) Outras provisões

Durante o primeiro semestre de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída no valor total de R\$ 92.289 milhões será realizada.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	30.06.2021	31.12.2020
Processos cíveis (a)	516.330	578.244
Processos cíveis diversos	516.330	578.244
(a.1) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(a.2) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC	Não determinado	Não determinado
Arbitragem Neenergia	Não determinado	Não determinado
Processos regulatórios	1.757.439	1.603.022
Devolução tarifária - Base Blindada	1.258.418	1.093.502
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	187.527	186.419
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	105.295	104.935
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	92.940	92.407
Autuações PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa	82.246	77.349
Outros processos regulatórios	31.013	48.409
Processos fiscais (b)	2.841.754	2.809.735
CSLL – base negativa	154.270	153.314
Execuções fiscais municipais – diversas	86.365	88.961
PIS – Estatuto da decadência	244.230	243.674
COFINS – anistia	162.726	162.340
(b.1) COFINS – Multa de Ofício	70.786	70.786
Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos	190.215	188.920
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	173.987	173.312
PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	661.575	659.565
FINSOCIAL	227.629	226.424
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	160.328	158.969
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	141.738	137.976
Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015	156.667	145.015
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	69.868	46.314
Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	246.754	236.450
Débitos de IUÉE - Imposto único sobre energia elétrica	42.013	41.507
Outros processos fiscais	52.603	76.208
Processos trabalhistas (c)	905.122	925.492
(c.1) Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
(c.2) Ações de periculosidade - Sede barueri	134.713	129.693
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	93.543	115.133
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	64.336	64.078
Contribuição Previdenciária – SAT	44.324	43.878
Outros processos trabalhistas	568.206	572.710

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Processos cíveis:

(a.1) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. A Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

- (a.2) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC:** Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018, a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da Companhia em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a Companhia apresentou recurso ao STJ. Em 02 de janeiro de 2021 foi publicada decisão determinando a suspensão do recurso especial da Companhia, em razão de ter sido somente tratado os requisitos para a indenização em dobro, e o tema ter sido designado como repetitivo pelo STJ (RESp 1.585.736/RS). Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(b) Processos fiscais:

- (b.1) COFINS – Multa de ofício:** Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que não foram acolhidos em acórdão publicado em março de 2021. A Companhia recorreu aos Tribunais Superiores. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.

(c) Processos trabalhistas:

- (c.1) Ação civil pública – Terceirização:** Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Aguarda-se, neste momento, eventual recurso do Ministério Público do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a Companhia na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

(c.2) Ações de periculosidade – Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Caberá, ainda, recurso do Sindicato à Corte Superior do Trabalho.

Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 30 de junho de 2021 de R\$ 134.713 (R\$ 129.653 em 31 de dezembro de 2020), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	163.024	137.393
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	18.1	2.779	2.948
Ministério de Minas e Energia	18.1	1.390	1.474
Eficiência energética	18.1	274.211	301.697
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		1.659	1.659
Outros encargos		62	61
Total		443.125	445.232
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	73.646	27.561
Total		73.646	27.561

18.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

No primeiro semestre de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 361.112, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir é apresentado o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	362.076
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	301.730
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	49.374
			713.180

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. Ainda não houve a publicação do acórdão.

A Companhia possui dois processos judiciais que discutiram a tese.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de junho de 2021 o montante compensado de R\$ 801.528 (R\$ 349.383 durante o semestre findo em 30 de junho de 2021), e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

O crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS ajustado no valor de R\$ 127.378 ocorreu devido a alteração da exclusão do ICMS pago para o faturado, conforme decisão do STF.

A seguir apresentamos a posição patrimonial do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	811.520	781.381
<u>Ativo não circulante</u>	8	5.924.357	6.107.700
Total Ativo		6.735.877	6.889.081
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		811.520	781.381
<u>Passivo não circulante</u>		6.695.183	6.529.143
Total Passivo		7.506.703	7.310.524
		30.06.2021	30.06.2020
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(127.378)	(1.866.587)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	127.378	1.866.587
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		68.801	424.592
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(68.801)	(424.592)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-	-

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2019	5.005.317	4.974.076
Adições	1.866.587	1.866.587
Atualização	424.592	424.592
Outros	-	(210)
Saldo em 30.06.2020	7.296.496	7.265.045
Saldo em 31.12.2020	6.889.081	7.310.524
Adições	127.378	127.378
Atualização	68.801	68.801
Compensações	(349.383)	-
Saldo em 30.06.2021	6.735.877	7.506.703

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de junho de 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em dezembro de 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

21.2 Composição acionária

<u>Acionistas:</u>	30.06.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

21.3 Reservas de capital

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 9.3.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
Ajuste de avaliação patrimonial		1.078.511	1.129.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(366.694)	(384.032)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		711.817	745.472
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(5.411.374)	(6.847.824)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		10.601	53
Outros resultados abrangentes - derivativo	31.1.1	10.269	(3.920)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.832.771	2.329.576
Outros resultados abrangentes, líquido		(3.557.733)	(4.522.115)
Total registrado no patrimônio líquido		(2.845.916)	(3.776.643)

21.5 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 2020, a qual segue: face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, no montante total de R\$980.816 que: (a) acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$71.212; (b) acrescido do montante relativo a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos no valor de R\$129; e (c) tendo em vista que o saldo da reserva legal acrescido do montante da reserva de capital atingiu limite de 30% do capital social da Companhia, nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, perfaz um lucro líquido ajustado de R\$1.052.157, que será destinado da seguinte forma:

a) o montante de R\$ 195.300 declarado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de dezembro de 2020, à título de juros sobre o capital próprio imputáveis ao dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 26, §2º do Estatuto Social da Companhia;

b) o montante de R\$36.200 foi declarado à título de dividendos intercalares, em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de dezembro de 2020

c) o montante de R\$60.834, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, será declarado como dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 26, §2º do Estatuto Social da Companhia;

(d) após a dedução do dividendo obrigatório, o montante de R\$759.823 será declarado como dividendos complementares ao dividendo obrigatório.

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes Companhias no mesmo período, bem como para a mesma Companhia em períodos diferentes.

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro/prejuízo básico/diluído por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Numerador:				
Lucro/prejuízo líquido do período	210.206	346.743	(58.637)	96.594
Denominador (em milhares de ações):				
Número de ações ordinárias	197.467	197.467	197.467	197.467
Lucro/prejuízo básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	1,06451	1,75595	(0,29695)	0,48917

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os principais componentes da receita operacional líquida estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

a) nos trimestres

	01.04.2021 a 30.06.2021			01.04.2020 a 30.06.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.043.715	4.206.839	3.030.394	6.701.599	3.942.159	2.436.155
Industrial	24.932	561.203	359.524	24.832	485.646	287.558
Comercial	402.144	1.927.884	1.316.201	390.970	1.925.410	1.168.303
Rural	575	7.844	2.386	553	7.771	2.108
Poder público	15.641	243.373	142.861	14.960	235.808	126.092
Iluminação pública	2.448	198.692	79.962	2.537	191.723	67.287
Serviço público	1.400	98.737	55.223	1.387	97.187	48.381
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.381.029)	-	-	(1.960.284)
Subtotal - fornecimento	7.490.855	7.244.571	2.605.522	7.136.838	6.885.704	2.175.600
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	(58.733)	-	-	(3.330)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.381.029	-	-	1.960.284
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	2.565	2.958.623	517.944	1.876	2.365.761	384.151
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(15.700)	-	-	(175)
Energia no curto prazo	-	744.082	110.868	-	1.382.298	60.299
Receita de construção	-	-	362.624	-	-	284.609
Aluguel de poste	-	-	41.606	-	-	39.592
Receitas com partes relacionadas	-	-	81	-	-	56
Outras receitas	-	-	12.077	-	-	4.948
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.493.420	10.947.276	5.957.318	7.138.714	10.633.763	4.906.034
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	128.206	-	-	143.611
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	485.310	-	-	133.134
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	95.876	-	-	(26.569)
Total outras receitas	-	-	709.392	-	-	250.176
Receita operacional bruta	7.493.420	10.947.276	6.666.710	7.138.714	10.633.763	5.156.210
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(38.239)	-	-	(30.581)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(529.162)	-	-	(559.888)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(23.076)	-	-	(23.996)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(269.071)	-	-	(216)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(4.977)	-	-	(4.738)
ICMS	-	-	(1.043.040)	-	-	(847.714)
COFINS - corrente	-	-	(368.070)	-	-	(289.862)
PIS - corrente	-	-	(79.849)	-	-	(62.894)
ISS	-	-	(37)	-	-	(41)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.355.521)	-	-	(1.819.930)
Receita operacional líquida	7.493.420	10.947.276	4.311.189	7.138.714	10.633.763	3.336.280

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) nos semestres

Nota	01.01.2021 a 30.06.2021			01.01.2020 a 30.06.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.043.715	8.392.332	5.977.262	6.701.599	7.992.062	5.221.890
Industrial	24.932	1.081.773	698.116	24.832	1.109.973	669.991
Comercial	402.144	3.996.264	2.716.219	390.970	4.505.464	2.818.657
Rural	575	15.659	4.664	553	15.879	4.414
Poder público	15.641	482.016	282.589	14.960	522.676	286.413
Iluminação pública	2.448	383.218	154.497	2.537	379.668	139.338
Serviço público	1.400	188.698	106.199	1.387	210.307	107.828
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	-	-
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(4.789.221)	-	-	(4.337.369)
Subtotal - fornecimento	23.1	7.490.855	14.539.962	7.136.838	14.736.029	4.911.162
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	23.1/23.2	-	64.802	-	-	(94.848)
PIS/COFINS consumidores a restituir	20	-	(127.378)	-	-	(1.866.587)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	127.378	-	-	1.866.587
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	23.2	-	4.789.221	-	-	4.337.369
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	23.2	2.565	6.020.175	1.876	5.185.683	830.406
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	23.2	-	(40.930)	-	-	(15.658)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	23.3	-	1.160.391	-	1.565.639	23.537
Receita de construção	23.4	-	639.699	-	-	486.670
Aluguel de poste	23.5	-	81.708	-	-	76.635
Receitas com partes relacionadas	28.1	-	157	-	-	349
Outras receitas	23.6	-	20.001	-	-	12.536
Total receitas - originadas de contratos com clientes		7.493.420	21.720.527	7.138.714	21.487.351	10.568.158
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	23.7	-	250.946	-	-	238.889
Ativo e passivo financeiro setorial	11/23.8	-	988.094	-	-	140.985
Atualização do ativo financeiro da concessão	10.2	-	203.658	-	-	17.185
Total outras receitas		-	1.442.698	-	-	397.059
Receita operacional bruta		7.493.420	21.720.527	7.138.714	21.487.351	10.965.217
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(77.537)	-	-	(64.510)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.183.040)	-	-	(1.119.775)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(48.941)	-	-	(50.168)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(369.492)	-	-	(35.879)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(9.954)	-	-	(9.476)
ICMS	23.9	-	(2.075.549)	-	-	(1.881.125)
COFINS - corrente	23.9	-	(755.601)	-	-	(661.317)
PIS - corrente	23.9	-	(163.970)	-	-	(143.490)
ISS	23.9	-	(73)	-	-	(87)
Total das deduções da receita operacional bruta		-	(4.684.157)	-	-	(3.965.827)
Receita operacional líquida		7.493.420	21.720.527	7.138.714	21.487.351	6.999.390

(*) Não revisado pelos auditores independentes

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

Nos trimestres:

Nota	01.04.2021 à 30.06.2021				
	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(110.417)	-	(24.013)	-	(134.430)
Entidade de previdência privada	(1.235)	-	(302)	-	(1.537)
Material	(15.128)	-	(222)	-	(15.350)
Serviços de terceiros	(152.662)	-	(52.908)	-	(205.570)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.202.806)	-	-	-	(2.202.806)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(186.808)	-	-	-	(186.808)
Encargos dos serviços do sistema	(520.219)	-	-	-	(520.219)
Depreciação e amortização	(133.705)	-	(27.665)	-	(161.370)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(43.923)	-	-	(43.923)
Custo de construção	(362.624)	-	-	-	(362.624)
Provisão para processos judiciais e outros	(928)	-	(13.284)	-	(14.212)
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	56.496	-	-	-	56.496
Outras receitas (despesas) operacionais	(35.213)	-	-	27.564	(7.649)
Total	(3.665.249)	(43.923)	(118.394)	27.564	(3.800.002)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

01.04.2020 à 30.06.2020					
Nota	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(149.033)	-	(20.869)	-	(169.902)
Entidade de previdência privada	(7.206)	-	(405)	-	(7.611)
Material	(24.431)	-	(1.849)	-	(26.280)
Serviços de terceiros	(105.609)	-	(51.761)	-	(157.370)
Energia elétrica comprada para revenda	25 (1.965.196)	-	-	-	(1.965.196)
Encargos do uso do sistema de transmissão	25 (371.999)	-	-	-	(371.999)
Encargos dos serviços de sistema	25 (91.630)	-	-	-	(91.630)
Depreciação e amortização	(138.051)	-	(27.508)	-	(165.559)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(139.998)	-	-	(139.998)
Custo de construção	(284.609)	-	-	-	(284.609)
Provisão para processos judiciais e outros	(739)	-	(22.413)	-	(23.152)
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	25 155.761	-	-	-	155.761
Outras receitas (despesas) operacionais	(58.520)	-	-	40.385	(18.135)
Total	(3.041.262)	(139.998)	(124.805)	40.385	(3.265.680)

Nos semestres:

01.01.2021 à 30.06.2021					
Nota	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(352.862)	-	(49.314)	-	(402.176)
Entidade de previdência privada	(2.535)	-	(590)	-	(3.125)
Material	(28.704)	-	(117)	-	(28.821)
Serviços de terceiros	(336.406)	-	(96.785)	-	(433.191)
Energia elétrica comprada para revenda	25 (4.280.941)	-	-	-	(4.280.941)
Encargos do uso do sistema de transmissão	25 (920.438)	-	-	-	(920.438)
Encargos dos serviços de sistema	25 (520.219)	-	-	-	(520.219)
Depreciação e amortização	(264.825)	-	(58.242)	-	(323.067)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(154.631)	-	-	(154.631)
Custo de construção	(639.699)	-	-	-	(639.699)
Provisão para processos judiciais e outros	(5.816)	-	(21.311)	-	(27.127)
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	25 56.496	-	-	-	56.496
Outras receitas (despesas) operacionais	(113.449)	-	-	81.495	(31.954)
Total	(7.409.398)	(154.631)	(226.359)	81.495	(7.708.893)

01.01.2020 à 30.06.2020					
Nota	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(308.415)	-	(45.549)	-	(353.964)
Entidade de previdência privada	(12.972)	-	(825)	-	(13.797)
Material	(51.926)	-	(2.050)	-	(53.976)
Serviços de terceiros	(210.574)	-	(98.073)	-	(308.647)
Energia elétrica comprada para revenda	25 (3.968.382)	-	-	-	(3.968.382)
Encargos do uso do sistema de transmissão	25 (785.178)	-	-	-	(785.178)
Encargos dos serviços de sistema	25 (91.630)	-	-	-	(91.630)
Depreciação e amortização	(271.201)	-	(61.363)	-	(332.564)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(244.106)	-	-	(244.106)
Custo de construção	(486.670)	-	-	-	(486.670)
Provisão para processos judiciais e outros	(1.071)	-	(47.114)	-	(48.185)
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	25 155.761	-	-	-	155.761
Outras receitas (despesas) operacionais	(101.762)	-	-	69.924	(31.838)
Total	(6.134.020)	(244.106)	(254.974)	69.924	(6.563.176)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custo do serviço de energia elétrica

Nota	MWh (*)		R\$			
	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Energia elétrica comprada para revenda:						
Itaipu	3.843.968	4.128.574	(615.415)	(1.331.402)	(771.124)	(1.463.487)
ANGRA 1 e 2	733.458	772.130	(85.109)	(170.525)	(107.636)	(215.446)
Compra - CCEAR	8.802.493	8.917.850	(1.030.699)	(2.037.405)	(897.670)	(1.916.049)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	28.1	97.630	112.309	(9.996)	(19.752)	(9.524)
Quotas de garantia física		4.858.589	4.839.945	(266.737)	(536.295)	(254.131)
Risco hidrológico		-	-	(349.764)	(489.938)	(66.170)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	12.920	29.350	11.159
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	210.854	409.956	184.261
Subtotal	18.336.138	18.770.808	(2.133.946)	(4.146.011)	(1.910.835)	(3.861.837)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		336.196	362.117	(68.860)	(134.930)	(54.361)
Total	24	18.672.334	19.132.925	(2.202.806)	(4.280.941)	(3.968.382)

Nota	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				
Uso da rede básica		(430.615)	(858.016)	(315.857)
Uso da rede básica - partes relacionadas	28.1	(3.456)	(6.752)	(3.731)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	25.1	(240.715)	(520.219)	(88.109)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		18.189	18.189	155.761
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER		38.307	38.307	-
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(64.641)	(125.848)	(55.512)
Operador Nacional do Sistema - ONS		(4.893)	(12.918)	(5.640)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(3.055)	(6.034)	(2.443)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(25.960)	(51.920)	(23.718)
(-) Créditos de PIS/COFINS		66.308	141.050	31.381
Total		(650.531)	(1.384.161)	(307.868)

25.1 O aumento de encargos do serviço do sistema é devido pela baixa hidrologia, onde houve um maior despacho fora de ordem de mérito e importação de compra de energia dos países Argentina e Uruguai.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos		755	1.044	455	441
Arrendamentos e aluguéis		4.197	(25)	689	(2.205)
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	28.1	-	-	1.210	983
Seguros		3.160	(1.279)	(1.631)	(3.414)
Tributos		(13.231)	(20.171)	(14.878)	(23.801)
Compartilhamento de infraestrutura outros - partes relacionadas	28.1	-	-	(223)	(287)
Doações, contribuições e patrocínios		(1.290)	(2.363)	(1.201)	(2.248)
Tarifa bancária		(12.148)	(26.639)	(15.333)	(28.612)
Publicidade		(17)	(17)	(84)	(214)
Perdas na desativação de bens e direitos		(2.000)	(4.264)	(40)	(85)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(6.632)	(12.937)	1.241	(136)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(4.254)	(8.434)	(4.224)	(9.766)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(2.285)	(4.964)	(2.299)	(4.053)
Despesas Indedutíveis		(588)	(1.163)	(2.555)	(4.470)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		31.550	61.817	25.804	56.895
Penalidades - devoluções a consumidores		(1.955)	(3.969)	(438)	(2.099)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(768)	(3.749)	(584)	(934)
Taxa de contribuição CCEE		809	(86)	(922)	(1.857)
Outros		(2.952)	(4.755)	(3.122)	(5.976)
Total		(7.649)	(31.954)	(18.135)	(31.838)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

Nota	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	4.403	7.666	7.535	14.429
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	45.797	96.670	18.926
Subvenções governamentais	661	1.360	834	1.712
Atualização de créditos tributários	8.1	186	272	216
Atualização monetária dos depósitos judiciais	5.519	10.201	5.367	13.887
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	11	16.648	18.315	8.243
Variação monetária Swap - Debêntures	27.750	48.727	(7.820)	4.241
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures	10.502	61.655	-	-
Juros Swap - Debêntures	843	4.005	-	-
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	120	338	1.098	4.563
Outras receitas financeiras	9.456	15.866	2.322	6.205
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira	(3.149)	(6.228)	(1.688)	(4.136)
Subtotal	118.736	258.847	35.033	111.197
Despesas financeiras				
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures	(49.377)	(91.327)	(37.885)	(83.332)
Variação monetária - Debêntures	(27.746)	(48.722)	7.702	(4.356)
Ajuste ao valor de mercado - Debêntures	(34.619)	(34.619)	-	-
Variação monetária - Empréstimos	(11.140)	(67.782)	416	(1.108)
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos	(13.528)	(69.912)	(3.985)	(4.198)
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira	(6.818)	(9.118)	-	-
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(4.221)	(8.570)	(10.624)
Subvenções governamentais	(662)	(1.361)	(834)	(1.712)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(2.467)	(4.373)	(3.336)	(5.644)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	4.716	5.788	778
Cartas de fiança e seguros garantia	(7.538)	(15.357)	(8.148)	(15.865)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(16.379)	(38.273)	(14.574)	(18.465)
Atualização monetária - energia livre	(490)	(791)	(454)	(1.109)
Atualização acordo Eletrobras	(9.989)	(17.652)	(12.940)	(30.134)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16.2	(117.182)	(234.364)	(206.609)
Comissão de fiança - partes relacionadas	29.1	(1.079)	(2.140)	(1.080)
Outras despesas financeiras	(13.834)	(28.609)	(6.234)	(9.035)
Subtotal	(312.353)	(667.182)	(189.029)	(392.492)
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais - Empréstimos	(93.282)	(191.856)	(45.381)	(67.129)
Variações cambiais - Swap Empréstimos	(164.821)	(66.246)	45.381	67.129
Variações cambiais - outras	259.395	259.075	(2.630)	(4.040)
Subtotal	1.292	973	(2.630)	(4.040)
Total do resultado financeiro	(192.325)	(407.362)	(156.626)	(285.335)

27.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.04.2021 a 30.06.2021		01.04.2020 a 30.06.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
No trimestre:				
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(18.248)	(6.806)	16.207	5.997
Diferidos	(61.473)	(22.129)	3.813	1.372
Total	(79.721)	(28.935)	20.020	7.369
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	318.862	318.862	(86.026)	(86.026)
Adições:				
Doações	467	467	227	227
Gratificação a administradores	(761)	(761)	64	64
Perdas indedutíveis no contas a receber	2.028	2.028	1.233	1.233
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	1.533	1.533
Multas indedutíveis	170	170	371	371
Despesas indedutíveis	588	588	614	614
Salário maternidade e paternidade	162	162	107	107
Outros	-	-	-	-
Total das adições	2.654	2.654	4.149	4.149
Base de cálculo	321.516	321.516	(81.877)	(81.877)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(80.377)	(28.935)	20.470	7.369
Incentivos	650	-	(444)	-
Compensação de base de cálculo	6	-	(6)	-
Total da despesa com tributos	(79.721)	(28.935)	20.020	7.369
Alíquota efetiva	25,0%	9,1%	23,3%	8,6%

	01.01.2021 a 30.06.2021		01.01.2020 a 30.06.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
No semestre:				
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(24.047)	(8.966)	-	-
Diferidos	(108.552)	(39.079)	(39.915)	(14.370)
Total	(132.599)	(48.045)	(39.915)	(14.370)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	527.387	527.387	150.879	150.879
Adições:				
Doações	505	505	298	298
Gratificação a administradores	(502)	(502)	619	619
Perdas indedutíveis no contas a receber	3.864	3.864	3.025	3.025
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	1.593	1.593
Multas indedutíveis	1.164	1.164	908	908
Despesas indedutíveis	1.162	1.162	2.133	2.133
Salário maternidade e paternidade	247	247	209	209
Total das adições	6.440	6.440	8.785	8.785
Base de cálculo	533.827	533.827	159.664	159.664
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(133.457)	(48.045)	(39.915)	(14.370)
Incentivos	846	-	-	-
Compensação de base de cálculo	12	-	-	-
Total da despesa com tributos	(132.599)	(48.045)	(39.915)	(14.370)
Alíquota efetiva	25,1%	9,1%	26,5%	9,5%

29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.1 Partes relacionadas

Ativos e receitas:

Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita		
			01.01.2021 a 30.06.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 31.06.2020	
ENEL X	Conforme demanda	Setembro de 2018 a setembro de 2021	176	34	157	349	
Enel Chile	Conforme demanda		1.521	1.154	380	407	
Enel Spa	Conforme demanda		324	324	-	92	
ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S	Conforme demanda		-	-	1.071	-	
COELCE CIA. ENERGÉTICA	Conforme demanda		5.158	4.690	-	529	
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	Conforme demanda		2.381	1.925	-	515	
ENEL Green Power Projetos I S.A.	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	116	89	-	30	
ENEL GREEN POWER BRASIL	Conforme critério regulatório de rateio		4.935	2.136	-	312	
Enel Brasil	Controladora		619	196	-	166	
Enel Fortaleza	Conforme demanda		19	-	-	22	
CELG DISTRIBUICAO S/A	Conforme demanda		5.546	6.462	-	2.901	
CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	Conforme demanda		21	-	-	24	
CIEI COMPANHIA DE INTERCONEXAO	Conforme demanda		372	326	-	52	
			Outros créditos:	21.188	17.336	-	-
			Total receita operacional - nota explicativa nº 23:	-	-	157	349
			Pessoal e administradores:	-	-	1.451	2.766
			Material:	-	-	-	24
			Serviços de terceiros:	-	-	-	235
			Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:	-	-	-	2.025

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos e despesas:

Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa		
			30.06.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 31.06.2020	
ENEL Green Power Parapanema S.A.	Controle comum	R\$ 3.651	Resolução Homologatória nº 2.492/2018 da ANEEL	309	309	(1.730)	(1.660)
ENEL Green Power Mourao S.A.	Controle comum	R\$ 1.040	Resolução Homologatória nº 2.492/2018 da ANEEL	90	90	(498)	(474)
ENEL Green Power Volta Grande S.A.	Controle comum	R\$ 27.136	Resolução Homologatória nº 2.492/2018 da ANEEL	2.355	2.355	(13.629)	(13.146)
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Controle comum	R\$ 994	Até o final da concessão	110	106	(520)	(499)
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum	R\$ 2.603	Até o final da concessão	-	-	-	(2.602)
ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.603	Até o final da concessão	-	-	(1.125)	
ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A. (II E III)	Controle comum	R\$ 2.603	Até o final da concessão	-	-	(1.044)	
ENEL Green Power da Fazenda S.A.	Controle comum	R\$ 665	Até o final da concessão	73	71	(348)	(334)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.052	Até o final da concessão	252	237	-	(1.074)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.132	Até o final da concessão	234	220	-	(997)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.	Controle comum	R\$ 1.640	Até o final da concessão	181	175	(858)	(823)
ENEL CIEN S.A.	Controle comum	R\$ 15.608	Até o final da concessão	1.116	1.209	(6.752)	(8.265)
Enel Brasil S.A.	Controladora	0,20% sobre saldo dívida	Julho de 2019 a setembro de 2023	1.939	1.791	(2.140)	(2.176)
ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum			-	-	-	(4.829)
AMPLA Energia e Serviços S.A.	Controle comum			4.080	3.851	-	(1.316)
ENEL CIEN S.A.	Controle comum			237	206	-	(20)
CELG Distribuição S.A.	Controle comum			4.888	4.888	-	(1.482)
Enel Brasil	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	12.454	6.055	-	(3.798)
ENEL GREEN POWER BRASIL Participações	Controle comum			821	722	-	(215)
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum			174	155	-	(89)
COELCE-CIA. Energética	Controle comum			514	514	-	(7)
ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.	Controle comum			1.773	1.773	-	(907)
ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	7.691	4.276	(4.486)	-
ENEL CHILE S.A.	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	94	-	(106)	-
Enel Brasil	Controladora	R\$ 155.504	Março de 2025	83.702	61.466	-	(22.823)
Enel Brasil	Controladora	R\$ 60.834		478.657	60.834	-	-

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2492/2018 para o ano de 2021 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº 2746/2020. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2021.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros. No entanto, a partir do

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, contudo, não constam no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil. O referido contrato possui preço total estimado de R\$ 155.504 para o prazo de 5 anos, a contar da data da anuência da ANEEL, que ocorreu em 20 de fevereiro de 2020, conforme os termos do Despacho nº 560.

Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Receita/Despesa		
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.03.2020	
Plano de previdência	FUNCESP	Integrante do Conselho Deliberativo	4.952.007	6.586.820	(115.315)	(109.716)
Empréstimo financeiro	FUNCESP	Integrante do Conselho Deliberativo	-	918.123	-	-
		Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:	4.952.007	6.586.820	(115.315)	(109.716)
		Empréstimos, financiamentos e debêntures - nota explicativa nº 14:	-	918.123	-	-

29.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a provisão para remuneração, reconhecida no resultado dos exercícios, é como segue:

Descrição:	01.04.2021 a	01.01.2021 a	01.04.2020 a	01.01.2020 a
	30.06.2021	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	373	1.586	1.756	4.211
Total	373	1.586	1.756	4.211

30. Seguros

Em 30 de junho de 2021, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização/garantia
	de	até		
Riscos operacionais	31-out-2020	31-out-2021	R\$ 4.187.696	R\$ 5.799.234
Responsabilidade civil geral	31-out-2020	31-out-2021	N/A	R\$ 115.888
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10-nov-2020	10-nov-2021	N/A	R\$ 78.824
Riscos ambientais	1-nov-2020	1-nov-2021	N/A	R\$ 135.214
Frota de veículos - RCF	31-mai-2020	30-jul-2021	N/A	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

	Período de vigência		Importância segurada		Limite máximo de indenização/garantia
	de	até	Morte natural	Morte acidental	
Vida em grupo	1-jan-2020	31-dez-2021	25 x salário	50x salário	R\$ 1.833

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Instrumentos financeiros

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	30.06.2021		31.12.2020		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	936.709	936.709	2.095.811	2.095.811	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	38.582	38.582	38.940	38.940	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - Cash flow hedge		10.269	10.269	21.442	21.442	Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - Fair value hedge		95.879	95.879	97.248	97.248	Valor justo por meio do resultado
Consumidores, revendedores e outros	5	2.727.455	2.727.455	2.645.272	2.645.272	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	482.870	482.870	529.032	529.032	Custo amortizado
Depósitos vinculados	17	808.753	808.753	802.277	802.277	Custo amortizado
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	855.655	855.655	545.741	545.741	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	10.2	5.608.271	5.608.271	5.247.418	5.247.418	Valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro setorial	11	1.925.310	1.925.310	1.587.388	1.587.388	Custo amortizado
Total		13.489.753	13.489.753	13.610.569	13.610.569	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	12	2.177.070	2.177.070	2.505.707	2.505.707	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	3.964.659	3.856.038	4.653.061	4.545.125	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures marcados a mercado	14	1.933.831	1.949.789	915.326	932.579	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - Cash flow hedge		156.451	156.451	2.316	2.316	Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - Fair value hedge		13.451	13.451			Valor justo por meio do resultado
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	713.180	713.180	1.056.640	1.056.640	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Obrigações com arrendamento	15	186.009	186.009	209.974	209.974	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		478.657	478.657	60.834	60.834	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	11	1.343.151	1.343.151	1.564.497	1.564.497	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		10.966.459	10.873.796	10.968.355	10.877.672	

Caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal. Investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa – curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Vale ressaltar que a diferença entre o valor contábil e o valor justo da dívida marcada a valor justo por meio do resultado corresponde a custos de transação na obtenção dessa dívida.

Para as demais rubricas, não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado, pois não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das debêntures e proteção à variação cambial dos empréstimos captados no exterior (operações 4131) e troca de taxa fixa (operação de 4131) para CDI, que resultam de posições passivas vinculada à variação do IPCA, variação cambial do dólar e contrato em taxa fixa. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

As operações descritas acima se qualificam para hedge accounting e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda; (ii) hedge de valor justo para as operações de troca de taxa flutuante (swap de IPCA para CDI+); e (iii) troca de taxa fixa (swap de BRL + Spread para CDI+). São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* referentes aos juros e variação cambial da operação são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) *Hedge* de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos ou flutuantes relacionados ao IPCA de empréstimos e debêntures. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros é reconhecido na demonstração do resultado como "Receitas ou Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas pelo *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do *hedge* de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2021 são os seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	250.000
Itáú	30/04/2021	16/04/2029	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000
Citibank	06/04/2021	06/10/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	325.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/07/2024	Fair value hedge	Taxa fixa	CDI	290.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (*swap*) em 30 de junho de 2021 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes	Resultado
Bradesco	84.405	79.375	-	(5.030)
BNP II	(34.086)	(31.920)	2.167	-
Itáú	10.016	1.745	-	(8.271)
Citibank	(43.799)	(41.722)	2.077	-
BNP III	(63.878)	(59.783)	4.096	-
Scotiabank II	(14.686)	(12.757)	1.929	-
BNP IV	-	1.308	-	1.308
Total	(62.028)	(63.754)	10.269	(11.993)

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de junho de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

	30.06.2021	31.12.2020
<u>Ativo circulante</u>	77	23.718
<u>Ativo não circulante</u>	82.501	95.656
Total Ativo	82.578	119.374
Operação com instrumento derivativo		
<u>Passivo circulante</u>	(46.708)	(3.000)
<u>Passivo não circulante</u>	(99.624)	-
Total Passivo	(146.332)	(3.000)
	(63.754)	116.374

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial.

Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida	Taxa de juros contratual	Posição em
		30.06.2021
		Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	894.884
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(873.873)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	794.498
		815.509
BNP II 4131	USD + 1,71% a.a.	218.821
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,71% a.a.	(222.110)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,75% a.a.	254.031
		250.742
Itaú		
Debentures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26% a.a.	742.223
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26% a.a.	(769.879)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93% a.a.	768.134
		740.478
Citibank 4131	USD + 1,40% a.a.	284.381
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,40% a.a.	(286.914)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,97% a.a.	328.636
		326.103
BNP III 4131	USD + 1,97% a.a.	415.167
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,97% a.a.	(424.519)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,98% a.a.	484.301
		474.949
Scotiabank II	USD + 2,31% a.a.	195.550
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31% a.a.	(198.581)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25% a.a.	211.338
		208.307
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a.	296.724
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO: 8,41% a.a.	(292.642)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,68% a.a.	291.334
		295.416

A seguir é apresentada a movimentação dos semestres:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.374
Recebimentos de principal	(108.147)
Provisão de encargos - juros	(5.113)
Recebimento de encargos - juros	(1.657)
Variação monetária	48.727
Variação cambial	(66.246)
Marcação a mercado no resultado	(61.881)
Marcação a mercado no PL	14.189
Saldo em 30 de junho de 2021	(63.754)

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.607
Provisão de encargos - juros	(5.306)
Variação monetária	7.227
Variação cambial	67.129
Marcação a mercado no PL	5.794
Saldo em 30 de junho de 2020	123.451

Vale ressaltar que os recebimentos de principal são reconhecidos como atividade de financiamento nas demonstrações de fluxo de caixa, enquanto os pagamentos de juros são reconhecidos como saída de caixa nas atividades operacionais.

31.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.06.2021			31.12.2020				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	38.582	-	38.582	-	38.940	-	38.940	-
Ativo financeiro da concessão	5.608.271	-	-	5.608.271	5.247.418	-	-	5.247.418
Operação com derivativo - Cash flow hedge	-	-	-	-	19.126	-	19.126	-
Operação com derivativo - Fair value hedge	82.428	-	82.428	-	97.248	-	97.248	-
Debêntures marcadas a mercado	1.933.831	-	1.933.831	-	915.326	-	915.326	-
Total	7.663.112	-	2.054.841	5.608.271	6.318.058	-	1.070.640	5.247.418

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco da Companhia conta com um Comitê de Controle e Gestão de Risco Global e um Comitê de Controle e Gestão de Risco regional para América Latina, que tem as seguintes funções: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2021 é:

	Nota	30.06.2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	936.709
Investimentos de curto prazo	b.1.1	38.582
Depósitos vinculados	b.1.1	808.753
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.727.455
Contas a receber - acordos	b.1.2	482.870
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.925.310
Ativo contratual	b.1.3	855.655
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	5.608.271
Total da exposição		13.383.605

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) **Gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	14	1.448.291	1.851.712
Debêntures	14	4.450.199	3.716.675
Operação com instrumento derivativo	30.1.1	63.754	(116.374)
Caixa e equivalentes de caixa	4	(936.709)	(2.095.811)
Investimentos de curto prazo	4	(38.582)	(38.940)
Dívida líquida		4.986.953	3.317.262
Patrimônio líquido		3.079.203	2.699.038
Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)		61,83%	55,14%

Do endividamento financeiro total em 30 de junho de 2021, 17,9% era de curto prazo (35,8% em 31 de dezembro de 2020) e o prazo médio era de 3,33 anos (2,52 anos em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de junho de 2021	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.177.070	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.131	4.227	335.885	1.235.866	-
Debêntures	-	746.482	162.288	3.489.500	837.628
Operações com instrumento derivativo	-	3.586	118.722	401.772	164.356
Obrigações por arrendamento	4.234	8.469	32.826	124.376	16.104
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	478.657	-	-
Total	2.182.435	762.764	1.128.377	5.251.514	1.018.087

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 30 de junho de 2021, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* descritos na nota explicativa nº 14.7.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Porém todas as operações indexadas ao IPCA estão protegidas por instrumentos de derivativos que trocam IPCA por CDI+. A posição em TJLP é pouco relevante. Sendo assim, o resultado da Companhia é afetado quase que 100% pela variação do CDI.

Em 30 de junho de 2021 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 30 de junho de 2021 é:

	30.06.2021
Equivalentes de caixa	799.987
Investimentos de curto prazo	38.582
Empréstimos e financiamentos	(1.448.291)
Debêntures	(4.450.199)
Operação com derivativo	(63.754)
Total da exposição líquida	(5.123.675)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 30 de junho de 2021 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 30.06.2021	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,29%	4,94%	6,58%	8,23%	9,87%
Equivalentes de caixa	CDI	799.987	26.320	39.519	52.639	65.839	78.959
Investimentos de curto prazo	CDI	38.582	1.269	1.906	2.539	3.175	3.808
Subtotal		838.569	27.589	41.425	55.178	69.014	82.767
Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 30.06.2021	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI							
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(710.585)	(4.274)	(6.376)	(8.455)	(10.512)	(12.548)
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.406.410)	(43.114)	(64.219)	(85.034)	(105.569)	(125.830)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(696.097)	(25.038)	(34.568)	(43.980)	(53.276)	(62.460)
TJLP							
FINEP 2	TJLP+5,00% a.a.	(37.648)	(488)	(915)	(1.337)	(1.755)	(2.169)
Contrato de Swap							
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(894.884)	(63.406)	(76.859)	(90.122)	(103.199)	(116.096)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	873.873	60.832	73.740	86.464	99.010	111.384
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,72%	(794.498)	(27.633)	(38.391)	(49.015)	(59.510)	(69.877)
BNP 4131 II	USD + 1,71% a.a.	(218.821)	154.908	69.991	7.978	(41.158)	(81.988)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,71% a.a.	222.110	(157.236)	(71.043)	(8.098)	41.776	83.221
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,75% a.a.	(254.031)	(8.911)	(12.351)	(15.748)	(19.104)	(22.418)
Citibank 4131	USD + 1,40% a.a.	(284.381)	70.874	34.218	7.448	(13.763)	(31.389)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,40% a.a.	286.914	(71.505)	(34.522)	(7.514)	13.885	31.668
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,97% a.a.	(328.636)	(3.575)	(4.814)	(6.040)	(7.253)	(8.455)
BNP III 4131	USD + 1,97% a.a.	(415.167)	292.908	131.762	14.079	(79.165)	(156.649)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,97% a.a.	424.519	(299.505)	(134.730)	(14.397)	80.948	160.177
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,98% a.a.	(484.301)	(18.097)	(24.656)	(31.133)	(37.532)	(43.853)
Scotiabank II 4131	USD + 2,31% a.a.	(195.550)	137.368	61.445	6.000	(37.932)	(74.438)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31% a.a.	198.581	(139.497)	(62.397)	(6.093)	38.520	75.591
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25% a.a.	(211.338)	(8.463)	(11.326)	(14.153)	(16.946)	(19.705)
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a.	(296.724)	(24.041)	(24.041)	(24.041)	(24.041)	(24.041)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	FIXO: 8,41% a.a.	292.642	23.711	23.711	23.711	23.711	23.711
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,68% a.a.	(291.334)	(10.017)	(13.961)	(17.857)	(21.705)	(25.507)
Debêntures - 25ª Emissão	100% do IPCA + 4,26%	(742.223)	(55.427)	(66.801)	(78.013)	(89.068)	(99.972)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,26% a.a.	769.879	55.427	66.801	78.013	89.068	99.972
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,93%	(768.134)	(28.321)	(38.724)	(48.997)	(59.145)	(69.170)
Subtotal		(5.962.244)	(192.520)	(259.026)	(326.334)	(393.715)	(460.841)
Total da exposição líquida		(5.123.675)	(164.931)	(217.601)	(271.156)	(324.701)	(378.074)

(b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui contratos de dívida em dólar cobertos por operações de *swap* para troca de indexadores do dólar para CDI + spread, dessa forma, não tem risco de variação cambial. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2021. Para mais detalhes vide nota 31.1.1.

	30.06.2021
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	1.113.919
Exposição patrimonial	1.113.919
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.132.124)
Exposição cambial total	(18.205)

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

	30.06.2021	
Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	85.998	430.179
Passivo líquido exposto	85.998	430.179

(b.4.3) Risco de preço

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2021, e aprovou reajuste positivo de +9,60%, composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -0,17%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44% e apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	3,67%
Baixa Tensão	11,38%
Efeito Médio	9,44%

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, existem dois principais fatores que contribuíram para esta. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

Após o referido despacho, a Companhia atualizou o parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, mantendo o entendimento de que se trata de sobrecontratação involuntária.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora, contudo no reajuste tarifário de 2021 a ANEEL não considerou a sobrecontratação de 2016 como involuntária para os valores acima dos 105%, e assim considerou o impacto negativo de R\$ 113.245 neste reajuste.

Ressalta-se, porém que este valor ainda está em discussão em âmbito recursal, contudo o fato do valor já constar no reajuste de 2021 não acarreta dano grave ou de reparação para a Companhia, uma vez que esse valor poderá ser revertido nos processos tarifários futuros, em eventual decisão definitiva da ANEEL, sendo favorável à Companhia.

32. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

32.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	30.06.2021	30.06.2020
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	349.383	-

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.06.2021	30.06.2020
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	37.775	90.970
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	5.788	1.875
Pagamento de juros	43.563	92.845

33. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 32 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no semestre findo em 30 de junho de 2021.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro semestre de 2021.

Barueri, 27 de julho de 2021.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Mercado

Vago

Diretora de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro semestre de 2021.

Barueri, 27 de julho de 2021.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Mercado

Vago

Diretora de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora Jurídico